



Revista Eletrônica Trimestral de Reflexão Política e Cultural

Editores – Paulo Timm e Renato Oliveira

Porto Alegre RS

Uma publicação conjunta RED/POA – Grupo Fio Da História –

KIT PATRIOTÁRIO

PNEU PARA ORAÇÃO



Sumário

GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA -	SÉRIE DE CINCO ARTIGOS.....	8
Geisel e a trajetória nacionalista: de Vargas à 1964		8
Geisel e a trajetória nacionalista: a Petrobras.....		11
Geisel e a trajetória nacionalista: na presidência - Soberania		13
O MARXISMO LIBERAL DA USP – LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA.....		22
CIRO GOMES E O ESPAÇO PARA UMA TERCEIRA VIA, O QUE TEM FALADO AS PESQUISAS?.....		26
Parte 1: as desventuras políticas de Ciro.....		26
Parte 2: as pesquisas trazem algo surpreendente.....		27
Parte 3: a água de uma represa que ninguém bebe		31
SÓ NIXON CAUSOU COMO EU CAUSEI. SÓ NIXON QUIS O MAL COMO EU QUIS.....		36
PRONUNCIAMENTO DE PAULO CEZAR TIMM POR OCASIÃO DE SEU INGRESSO NA ACADEMIA DOS ESCRITORES DO LITORAL NORTE – AELN -, OCUPANDO A CADEIRA 71, CUJO PATRONO É RUY RUBEN RUSCHEL, XANGRILÁ, EM 19 DE AGOSTO DE 2023.....		45

GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA

- SÉRIE DE CINCO ARTIGOS

Geisel e a trajetória nacionalista: de Vargas à 1964

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Em julho de 1932, o então tenente Ernesto Geisel, integrante do Destacamento Daltro Filho, enfrentou as unidades comandadas pelo Coronel Euclides de Figueiredo, na contrarrevolução liberal centralizada em São Paulo. Quarenta e sete anos depois, o filho do Euclides de Figueiredo, João Batista, participaria do golpe na sucessão do Presidente Ernesto Geisel que faria mudar a condução nacionalista pela neoliberal na administração brasileira.

A respeito da participação de Geisel nas tropas legalistas em 1932, escreve Fernando Jorge (As Diretrizes Governamentais do Presidente Ernesto Geisel, Edição do Autor, SP, 1976): “Ernesto Geisel tinha o direito de acreditar nas boas intenções de Getúlio Vargas. O jovem soldado foi um revolucionário de primeira hora, era fiel cumpridor dos seus deveres, e portanto um defensor da legalidade”.

Findo o movimento militar, Geisel retorna ao nordeste. Não mais ao Rio Grande do Norte, onde fora, em 1931, Secretário do Interior, Secretário-Geral do Governo e Chefe do Departamento de Segurança Pública. O tenente iria para Paraíba comandar a 7ª Bateria de Artilharia de Dorso, e em seguida a Sétima Bateria de Montanha, acumulando as funções militares com a de Secretário de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

Conforme depoimento de João dos Santos Coelho Filho à revista Veja (in Fernando Jorge, citado), Geisel mandou confeccionar ternos e nunca compareceu à Secretaria fardado. E o Secretário Geisel conseguiu estabilizar as finanças do Estado e receber créditos monetários da União, devidos desde 1908, pelo seu “esforço pessoal”, conforme assinalou o Ministro da Viação José Américo de Almeida. O já Marechal Juarez Távora salientou a visão administrativa de Geisel naquele cargo paraibano.

O movimento comunista encontra o capitão Ernesto Geisel, em 27 de novembro de 1935, ao lado do tenente-coronel Eduardo Gomes defendendo a Escola de Aviação do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Vendo as ideias radicais e os seus aproveitadores, tanto à esquerda quanto à direita, sem dúvida pode concluir pelo necessário equilíbrio da conduta, como se verá repetir nos diversos cargos civis e militares que iria ocupar.

Entre os movimentos políticos, sob o véu das ideologias em conflito naqueles tempos, que antecedem e correm até o fim da II Grande Guerra, o capitão Ernesto Geisel se dedica aos cursos de formação de oficiais, onde sempre se destaca pelo aproveitamento. Após concluir a Escola de Estado-Maior do Exército, é promovido a major. E nesta patente frequenta os cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos da América (EUA).

Em 1945, como Chefe do Estado-Maior do General Alcio Souto, participa da deposição de Vargas. E, com a ascensão de Eurico Dutra, o major Geisel tem sua primeira função junto à Presidência: Chefe da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em 1947 assume a função de Adido Militar junto à Embaixada do Brasil no Uruguai e, em 1948, é promovido a tenente-coronel.

Retornando ao Brasil é designado adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e nesta condição torna-se um dos fundadores (1949) da Escola Superior de Guerra (ESG), diretamente vinculada ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Na passagem pela ESG, como membro do Corpo Permanente, debateu com o tenente-coronel Golbery do Couto e Silva e o coronel Rodrigo Octávio Ramos assuntos de interesse interno da Escola, mas, primordialmente, a Organização Administrativa e a Soberania Nacional. Um dos princípios defendidos pela ESG era a necessidade do planejamento e da estrutura administrativa capaz de o implementar, considerando os diversos aspectos da realidade brasileira.

Neste período é aprovada a criação da Petrobrás, que passa a operar, em 1954, com os 413 poços produtores e uma refinaria recebidos do Governo.

Em agosto de 1954, Café Filho assume a chefia do Governo com o suicídio de Vargas. O coronel Geisel já o conhecia pela sua passagem no Rio Grande do Norte e vai servir, por pouco tempo, como Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Em setembro de 1955, é colocado à disposição da Petrobrás onde será o Superintendente Geral da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão (SP), até janeiro de 1956, quando o abate a tragédia da morte acidental de seu único filho homem.

Retorna às funções militares e passa a servir, desde abril de 1957, na Chefia da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército, que acumula com a de representante do Ministério no Conselho Nacional de Petróleo (CNP).

É significativo o seu parecer na disputa entre a Petrobrás e uma empresa privada pela construção da fábrica de borracha sintética, do qual transcrevemos parte:

“O desmedido lucro, assim proporcionado pela indústria, contraindica a atribuição do empreendimento ao capital privado, parecendo mais razoável utilizar esse lucro como recurso complementar no desenvolvimento futuro da indústria nacional de petróleo”.

Coube à Petrobrás construir a FABOR (Fábrica de Borracha Sintética) por sete votos a um. O Presidente do CNP, general Mário Poppe de Figueiredo, convencido pela argumentação do relator Geisel, abandonou o costume do voto apenas para desempate e foi mais um dos sete vitoriosos.

Com a transferência da capital do Brasil, em 21 de abril de 1960, Geisel recebe o Comando Militar de Brasília e da 11ª Região Militar do Distrito Federal. Mas continua no CNP se inteirando da situação do petróleo e seus derivados no Brasil e realizando estudos na área da distribuição que desagradavam políticos, como o Senador João Lima Teixeira (1909/2000), do Partido Trabalhista Brasileiro da Bahia (PTB-BA).

As crises de 1961 levaram à Presidência da República o deputado paulista Paschoal Ranieri Mazzili, do Partido Social Democrático (PSD), que designou para chefia do Gabinete Militar, então sem titular, o general Ernesto Geisel.

No episódio, onde os colegas de farda se colocaram contra o retorno e posse do vice-presidente João Goulart (Jango), o general Geisel, fiel ao acordo celebrado entre as correntes políticas do Congresso e o Presidente em exercício, colocou seu cargo à disposição, caso não houvesse aprovação dos ministros militares ao parlamentarismo, como proposto na emenda constitucional.

A atitude firme e decidida de Geisel evitou um golpe militar e possibilitou que a decisão não fosse conduzida pelas idiosincrasias das corporações, mas que se respeitasse a decisão do povo, por seus representantes, e pelo futuro plebiscito já previsto.

Deve-se registrar que a renúncia de Jânio Quadros frustrou um grande contingente da classe média, onde está a maioria absoluta dos oficiais das três armas, que havia levado Getúlio ao suicídio. Episódio que evitara a revisão das conquistas nacionalistas: econômicas, trabalhistas, sociais e culturais que mudaram o Brasil no que se chamou a Era Vargas.

A ação equilibrada, que resguardava os compromissos com os parlamentares, do general Geisel, ganhou o respeito, mesmo diante da discordância, da cúpula militar. Pode-se dizer que a diversificada experiência militar e civil nestes últimos trinta anos, havia formado

um líder esclarecido, que sabia distinguir interesses nacionais daqueles corporativos e de classe social.

Desde janeiro de 1963, Jango estava com seus direitos de presidente recuperados pela insofismável maioria que lhe apoiara no plebiscito. Pesquisas de opinião, divulgadas muito depois de 1964, dão conta que a popularidade de João Goulart superava 50%, em todas as enquetes.

O que se viu, no entanto, foi um enorme despreparo político, administrativo e mesmo de conteúdo ideológico das frentes de esquerda naquele momento histórico. Imaginavam que estar na antessala era ter assumido o poder e com discursos, palavras de ordem, manifestações davam a entender uma capacitação que estavam muito longe de ter, além da mobilização das massas impossível de se realizar.

Geisel, como quase toda oficialidade da época, via, temeroso das consequências, aqueles rompantes. E disto se aproveitaram os segmentos mais conservadores, reacionários e entreguistas, com recursos de planejamento, comunicação de massa e financeiros dos EUA, para aplicarem o golpe de 1964.

É preciso registrar que militares nacionalistas, como Albuquerque Lima, Andrade Serpa, Ademar de Queirós, Euler Bentes, Adalberto Pereira dos Santos, almirantes Faria Lima e Barros Nunes, o então capitão da aeronáutica Sérgio Ferolla entre outros, participaram de 1964, abertamente ou com reservas. A expectativa era a retomada mais tranquila do processo desenvolvimentista, herança da Era Vargas. E muito contou, além do histórico profissional, o temperamento de Ernesto Geisel para que fosse escolhido Chefe do Gabinete Militar de Castello Branco.

No Governo Castello Branco chegaria a general de exército, em 1966, e a ministro do Superior Tribunal Militar, em 1967.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Geisel e a trajetória nacionalista: a Petrobras

Não havia identidade entre Geisel e Costa e Silva, este fato o fez se ausentar do poder executivo no período em que aquele comandante do golpe de 1967, dentro do golpe de 1964, presidiu o Brasil.

Mas a oposição às diretrizes econômicas de Castello Branco, iniciada por Costa e Silva, poder-se-ia dizer com ressalvas que era uma continuidade do Estado Novo, e que trouxe novamente Geisel ao governo sob a presidência de Médici.

É conveniente lembrar que Costa e Silva, além de colocar a indústria nacional no poder, criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudesco).

Em 1969, nomeado por Médici, Geisel volta a compor o quadro dos executivos governamentais como o 13º Presidente da Petrobrás. Recorde-se que Geisel fora superintendente-geral da Refinaria em Cubatão e representante do Exército no Conselho Nacional de Petróleo (CNP), ou seja, não lhe eram estranhos o petróleo e a gestão das empresas de petróleo.

Sua administração da Petrobrás foi inovadora e profícua. Era reconhecido, com a tecnologia da época, que o Brasil não tinha, e continua não tendo, reservas significativas em terra (onshore). A produção terrestre nunca esteve acima de 230 mil barris por dia (bpd). A grande esperança era e continua sendo a produção marítima (offshore), que hoje se vislumbra acima de cinco milhões bpd.

Geisel adota duas decisões fundamentais para o futuro da Petrobrás: investir na tecnologia de exploração e produção offshore e na autossuficiência de derivados com a reforma e construção de refinarias para o processamento e com a autonomia administrativa para distribuição de derivados.

Em relação à primeira, investe no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello (CENPES), criado em 1966, e, com acordos de cooperação com instituições acadêmicas (universidades brasileiras) e empresas de pesquisa nacionais e estrangeiras, transforma a Petrobrás num polo de excelência mundial em tecnologia de petróleo. Esta capacitação é reconhecida em todo universo petroleiro, sendo, ainda hoje, a única capaz de produzir dos sedimentos do pré-sal.

Quanto à segunda decisão, promove a reforma e construção de refinarias capacitando o País à autossuficiência na produção de derivados. Em 1971, desmembra da organização departamentalizada da Petrobrás a Superintendência-Adjunta de Distribuição do Departamento Comercial, criando a Petrobrás Distribuidora, que se torna subsidiária integral e vai ser a segunda maior empresa nacional, sendo a primeira a Petrobrás.

Como Presidente da Petrobrás e depois como Presidente do Brasil, sofre com a mudança que os Estados Unidos da América (EUA) impõem na geopolítica do petróleo e nas finanças internacionais.

Com a produção na ordem de 200 mil diários para um consumo superior ao milhão de barris diários, Geisel, presidente do Brasil, resolve abrir a exploração de petróleo em nossas bacias sedimentares às empresas estrangeiras, privadas ou estatais. A respeito destes “contratos de risco”, formalmente denominados “Contratos de Exploração” alguns esclarecimentos são necessários.

O primeiro contrato foi assinado em 1977 com a British Petroleum (BP). Geisel conhecia a capacitação técnica dos geólogos e geofísicos da Petrobrás. Diversas vezes observara suas participações em Congressos internacionais e na numerosa quantidade de artigos destes profissionais nas mais importantes publicações técnicas sobre petróleo.

De algum modo, tenha ou não sido também objetivo, os “Contratos de Risco” nada de significativo obtiveram, mas demonstraram a alta qualidade dos profissionais da

Petrobrás que continuavam a descobrir e produzir petróleo no Brasil e no exterior, onde, desde 1972 quando Geisel cria a Petrobrás Internacional – Braspetro, atuavam na exploração e produção em vários países.

Também a sempre presente pressão contra o monopólio estatal do petróleo ficava atenuada. Mas, inteligentemente, não tirou da Petrobrás o controle do petróleo brasileiro, criando em sua estrutura organizacional a Superintendência de Contratos de Exploração (SUPEX). Ficava a Petrobrás com dois órgãos encarregados da pesquisa exploratória: a SUPEX, para gerenciar as outras empresas, e o Departamento de Exploração e Produção (DEXPRO), para atuação própria.

Assim, também estaria acelerando a exploração de petróleo no Brasil, não fossem os pequenos investimentos feitos por estas empresas estrangeiras. Como ocorre hoje, elas só vêm para nosso País pelo lucro fácil, nunca para investir em atividades de risco.

A estrutura de organização da Petrobrás foi elaborada, em 1953, por Hélio Beltrão, profissional que comporia sua primeira diretoria e ocuparia Ministérios durante os governos militares. Este trabalho perdurou até os anos 1990, quando a diretoria, nomeada por Fernando Henrique Cardoso, a alterou profundamente, criando “unidades de negócios” no lugar dos departamentos - voltados para as atividades de petróleo -, e dos serviços - para as atividades de apoio logístico e administrativo - no modelo de Beltrão.

A única mudança neste período, que foi muito discutida, antes e no período de Geisel, foi a criação de subsidiárias, no lugar da expansão dos departamentos. Isto se dá quando da criação da primeira subsidiária, em 1967, a Petrobrás Química – Petroquisa, e volta em 1971 e 1972, com a Petrobrás Distribuidora e a Petrobrás Internacional, respectivamente. Geisel foi na Petrobrás um exemplo de gestor que tinha um plano orientador e a firmeza decisória. Quando se deliberava a respeito da criação de órgão temporário para agilizar a construção da refinaria em Paulínia (SP), o Serviço de Engenharia se opôs, assistido pelo órgão de organização e processamento de dados da Companhia. Geisel reuniu os órgãos envolvidos e apresentou sua solução, a criação de um Grupo Executivo de Obras, com término na entrega para a operação da refinaria. Era uma quinta-feira. Disse que aceitaria sugestões até a segunda-feira. Nova reunião na segunda-feira e Geisel pergunta pela proposta dos superintendentes. Nenhuma? exclamou. Então vou propor minha sugestão ao Conselho de Administração. Criou o GEOP – Grupo Executivo para Obra Prioritária e a refinaria foi construída nos previstos 1.000 dias.

Em junho de 1973, Geisel transfere ao Almirante Floriano Peixoto Faria Lima a presidência da Petrobrás. Iria substituir o General Médici na Presidência do Brasil.

Não era uma simples transferência de cargos. Era um desafio em um período conturbado no mundo, com sucessivos choques no preço e no fornecimento do petróleo, e de um presidente que realizara o “milagre brasileiro”, com base no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

Considero importante recordar realizações do Governo Médici, pois Geisel, certamente, não aceitaria ser menos empreendedor. As narrativas destes Governos quase sempre se restringem às questões policiais e de enfrentamento de cunho político e ideológico. Mas o Brasil continuou crescendo a elevadas taxas, que podemos, como escreveu Jean Fourastié para França, chamar o período de Vargas a Geisel dos “50 gloriosos” brasileiros.

Sem pretender esgotar as realizações de Médici, lembremos a extensão da soberania para 200 milhas marítimas, a criação da EMBRAER, da TELEBRÁS, da EMBRAPA, da INFRAERO, o programa de substituição das importações coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com Marcos Vianna, o Plano Nacional de Integração, de onde sairá a Transamazônica. Além de projetos sociais como a inclusão dos trabalhadores rurais no plano de aposentadoria e pensão nacional.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Geisel e a trajetória nacionalista: na presidência - Soberania

Em 15 de março de 1974, Geisel recebe das mãos de Emílio Médici a simbólica faixa presidencial. Porém havia algo mais do que a origem gaúcha que ligaria Geisel à Era Vargas. Ambos, Vargas e Geisel, assumem a presidência do Brasil em um momento que o mundo passava por significativa troca de poder e aproveitaram para avançar na construção da soberania e da cidadania nacional.

Podemos, simbolicamente, determinar 1930 como o instante em que o capitalismo industrial dos Estados Unidos da América (EUA) substituiu o capitalismo mercantil-financeiro europeu. E, no Brasil, 1980 irá marcar o fim dos “50 gloriosos” nacionais pela chegada do domínio do capital financeiro em nossos governos.

Algumas medidas que identificam estes dirigentes são a criação de ministérios logo no início das gestões, que mostraria a preocupação do governante – Trabalho, Comércio e Indústria e, ainda, Instrução e Saúde Pública, com Vargas, e Previdência e Assistência Social, com Geisel –, além da inclusão de opositores na chefia dos Ministérios – Assis Brasil e Juarez Távora, com Getúlio, e os liberais Mário Henrique Simonsen, Sylvio Coelho da Frota, e o Chefe do Gabinete Civil (Golbery do Couto e Silva), com Geisel. Atribuiu-se ao maior estadista brasileiro, Getúlio Dorneles Vargas, a frase na qual afirmava preferir seus inimigos por perto do que tramando pelas costas.

Estas características, além da pouca expansividade, mostram, igualmente, um elo entre as personalidades de Vargas e Geisel.

Geisel governou com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) exposto na Lei nº 6.151, de 04/12/1974, que previa o estabelecimento de uma “sociedade industrial moderna”. Para tanto era fundamental, além de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e industrial, adotar uma política social e cultural que fizesse o conjunto da sociedade acompanhar este progresso.

À época já se definiam as tecnologias do futuro, cujos domínios seriam indispensáveis para a independência e autonomia decisória de uma nação: a nuclear, a informática, a das energias e a aeroespacial.

Lê-se no II PND que o Programa Nuclear “objetiva preparar o Brasil para o estágio dos anos 80, em que a energia nuclear já deverá corresponder à parcela significativa da energia elétrica gerada no país (cerca de 10 milhões de kw até 1990)”. Além da aplicação da ciência nuclear na agricultura, na medicina e na indústria.

Após difíceis negociações, onde não foi pouco o antagonismo estadunidense, a firmeza de Geisel, que se negou a firmar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, possibilitou ao Chanceler Azeredo da Silveira firmar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã, em 27/06/1975 em Bonn, o Acordo de Cooperação Nuclear com investimentos de 10 bilhões de dólares, abrangendo quatro setores:

I – prospecção, extração e processamento de minérios de urânio, bem como a produção dos compostos deste elemento;

II – produção de reatores nucleares e de outras instalações, assim como dos seus componentes;

III – montagem, no Brasil, de uma usina de enriquecimento do urânio; e

IV – produção de elementos combustíveis e reprocessamento dos combustíveis irradiados.

Outra tecnologia do futuro, hoje absolutamente indispensável, é a da informática. No Brasil ela é um exemplo que a questão nacional foi permanentemente escamoteada da discussão política. A pedagogia colonial, irmã gêmea do liberalismo, sempre buscou destruir os projetos de um Brasil independente, soberano e cidadão. Lamentavelmente com êxito.

Em 1958 foi criado o Grupo de Trabalho para analisar “a utilização de computadores eletrônicos nos cálculos orçamentários e no controle da distribuição das verbas governamentais”, de onde surgiu, em 1959, o Grupo Executivo para Aplicação de Computadores Eletrônicos (GEACE). (Vera Dantas, *Guerrilha Tecnológica: a verdadeira história da política nacional de informática*, LTC, RJ, 1988).

Tem início uma fase da informática no Brasil, com a importação de hardware e software, para atender ao desenvolvimento no modelo de Juscelino Kubitschek (JK), que se delonga pelos anos 1960. Em dezembro de 1964 foi criado o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública para modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da administração pública.

Em 1965 é constituída a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU). Paralelamente, nas universidades se formam engenheiros com interesse na eletrônica e transmissão de dados, o que levará à constituição de uma “comunidade democrática em meio ao autoritarismo” (Ivan da Costa Marques, *Minicomputadores brasileiros nos anos 1970: uma reserva de mercado democrática em meio ao autoritarismo*, História, Ciência, Saúde, Manguinhos, RJ, vol. 10 (2), maio-agosto 2003).

Do referido artigo de Ivan Marques, transcrevo: “no começo da década de 1980, o Brasil foi um dos poucos países em que empresas sob controle local conseguiram suprir uma parte significativa do mercado interno de minicomputadores com marcas e tecnologias próprias. Equipes de engenheiros e técnicos brasileiros haviam absorvido a tecnologia de produtos originalmente licenciados e efetivamente conceberam e projetaram sistemas completos (hardware e software) de minicomputadores e diversos outros artefatos de computação, colocados no mercado por empresas brasileiras com sucesso econômico e técnico”.

Logo no início de seu governo, em 18/07/1974, Geisel cria a Computadores Brasileiros – Cobra. A fundação dessa empresa foi apoiada pela Marinha Brasileira, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pela Ferranti inglesa. A equipe da COBRA foi formada, inicialmente, por membros do projeto Pato Feio, da Universidade de São Paulo (USP), e profissionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e do SERPRO.

Uma das ideias esposadas por Geisel era a constituição de empresas tripartites: uma parte do Governo, uma da iniciativa privada nacional e a terceira de empresa estrangeira, detentora da tecnologia que seria absorvida pela nova empresa brasileira. Este modelo deu impulso formidável no desenvolvimento da petroquímica brasileira, mas não teve igual sucesso em outras áreas.

Esta segunda tecnologia de ponta do projeto de soberania de Geisel começa a morrer já com a gestão Figueiredo e desaparece com a redemocratização. Hoje o Brasil é inteiramente dependente da informática importada.

A terceira tecnologia é a da energia. Para esta, Geisel contou com o saber e o arrojo do cientista baiano José Walter Bautista Vidal. Embora seja bem maior do que o Proálcool, foi com a utilização do etanol hidratado nos veículos que surgiu o interesse e a divulgação dos estudos relativos ao uso da biomassa como base de uma nova geração de energia.

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi criado em 14 de novembro de 1975, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando às necessidades do mercado interno e nova política para combustíveis automotivos.

Mas Geisel não descuidou do petróleo, mantendo os investimentos da Petrobrás e autorizando, em 1976, a criação da sua subsidiária Petrofértil, nem da hidroeletricidade, construindo grande parte da Usina Hidrelétrica de Itaipu. .

Também foram mantidos e incentivados as pesquisas e o desenvolvimento industrial relativos às tecnologias aeroespaciais. A Embraer continuou fabricando aviões brasileiros dos tipos Bandeirante, Brasília, Ipanema, Xavante e Xingu, atingindo em 1980 renome internacional com aviões executivos, comerciais, agrícolas e os militares Tucano e Xavante.

Quanto a ações na política exterior que devem ser colocadas como exemplo de uma gestão nacionalista e autônoma, destacamos:

- a) o reatamento de relações diplomáticas com a República Popular da China;
- b) fazer com que o Brasil fosse o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de República Popular de Angola;
- c) promover a ampliação da presença brasileira na África e na Europa, evitando o alinhamento incondicional à política dos Estados Unidos da América (EUA); e
- d) ter denunciado, em 1977, o tratado militar Brasil-EUA.

No plano interno, para promover melhor gestão territorial, em 1975, realizou a fusão do Estado-Cidade da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro e dividiu, em 1977, o Estado de Mato Grosso, criando o do Mato Grosso do Sul.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Geisel e a trajetória nacionalista: na presidência – a cidadania

O liberalismo e sua versão contemporânea, o neoliberalismo, são enganadores quanto aos propósitos. Colocam a liberdade como valor supremo, porém nenhuma ideologia promoveu mais fortemente a escravidão do que a liberal. Nem precisamos demonstrar; pois nas páginas da história, principalmente da Inglaterra, abundam exemplos cruéis de desrespeito ao mínimo de humanidade que devemos a todos nossos semelhantes.

Ao elencar as ações que qualifico como construtoras da cidadania, seguirei o roteiro de Levy Cury, em “Um homem chamado Geisel” (Horizonte Editora, Brasília, 1978). Considero importante salientar que o deputado Ulysses Guimarães, ao levantar a Constituição aprovada pelo Congresso em 1988, denominando-a cidadã mostrou limitada compreensão sobre a construção da cidadania, restringindo-a, unicamente, aos aspectos do formalismo jurídico, com um Ministério Público autônomo.

Nenhum País pode garantir a cidadania, considerada como a igualdade participativa para todos seus habitantes, sem que este País tenha soberania, independência e plena autonomia decisória. O que exige cada vez mais o controle nacional sobre a produção e o desenvolvimento do consumo interno, nesta época de bloqueios econômicos e financeiros, além da ameaça de intervenção militar pelas potências coloniais.

Divido a construção da cidadania em três conjuntos de ações: aquelas voltadas para a existência do cidadão, como a saúde, a habitação, o emprego e o deslocamento urbano, as voltadas para consciência de si e dos outros, como os letramentos, a valorização da cultura e tradições nacionais, e a vocalização, que trata da efetiva possibilidade de todo cidadão manifestar seu pensamento, seus desejos e aflições.

Examinemos de início as ações do Presidente Geisel no que se relaciona à existência. Em 1º de maio de 1974, criou o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), desmembrado do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Em junho de 1975, a lei nº 6.229, criava o Sistema Nacional de Saúde. Esse sistema continha uma iniciativa que se consolidaria, quer no Ministério da Saúde (MS) quer no MPAS, a separação dos campos de atuação da saúde pública e da assistência médica previdenciária. Segundo o texto da lei, caberia ao MS as ações de coordenação da vigilância epidemiológica em todo o território nacional, fiscalização e controle sanitários e outras medidas e ações de corte coletivo. No MPAS recairiam as responsabilidades de coordenação dos serviços assistenciais, entre outras ações voltadas preferencialmente para saúde individual.

A legislação previdenciária sofreu modificações, estendendo e ampliando os benefícios dos segurados. O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) incluiu entre seus encargos o salário-maternidade, até então de responsabilidade das empresas, pretendendo com isso evitar a discriminação da mulher no mercado de trabalho. Os maiores de 70 anos e os inválidos foram amparados, e os trabalhadores rurais receberam o direito ao auxílio por acidente de trabalho. Em 24 de janeiro de 1976, pelo Decreto nº 77.077, toda a legislação previdenciária foi reunida na Consolidação das Leis da Previdência Social.

As diversas alterações, quer na teoria orçamentária, quer na classificação e na estrutura organizacional para os encargos abrangidos pelos serviços assistenciais, dificultam a comparação do avanço no Governo Geisel com as ações após a Constituição de 1988. Mas os recursos orçamentários para a saúde, para o MPAS e para o Conselho de Desenvolvimento Social, de acordo com o já citado Levy Cury, elevaram-se em 70%.

É bastante razoável este crescimento se observarmos o Primeiro Programa de Alimentação e Nutrição e a preparação de profissionais para sua execução, em diversas unidades da federação. Também o Saneamento Básico em áreas rurais, em especial nas

193 localidades no Estado de Alagoas, e a proteção e a recuperação integral da saúde materno-infantil.

O combate à doença de chagas se estendeu por 427 municípios em 15 estados, foi criado um serviço especial para controle do *aedes aegypti*, e milhares de prédios foram examinados, em especial no nordeste brasileiro.

Concluindo esta área de ação, importa mencionar a transferência para o Ministério da Saúde do Conselho de Prevenção Antitóxico.

Após o desmembramento do Ministério do Trabalho e Assistência Social, o novo Ministério do Trabalho passou a contar com três Secretarias: Relações do Trabalho, Emprego e Salário e Mão-de-Obra. Em discurso em 1975, Geisel afirmava que o “II PND prevê o crescimento anual do emprego, no período 1975-1979, a taxas acima de 3,5% ao ano, portanto superiores às da oferta de mão-de-obra, estimadas em 2,9% ao ano”. Poucas vezes em nossa história, o pleno emprego foi colocado no planejamento nacional.

Quanto à consciência, lembremos que já o I PND estabelecia a meta de 80% da escolaridade da faixa etária da obrigatoriedade escolar.

Criada em 1975, a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) tinha a missão de promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país. Mas foi também uma pesquisadora do folclore brasileiro e de registro das manifestações culturais em diversos pontos do País.

Em 5 de agosto de 1977, Nana Caymmi e Ivan Lins apresentaram no palco do Teatro Dulcina, no Rio de Janeiro, o primeiro show de uma iniciativa que iria marcar o Brasil e tornar-se exemplo de política cultural: o Projeto Pixinguinha. A FUNARTE também editou o Acervo Funarte, textos e documentos sonoros sobre o folclore em seis cds com estudos e gravações musicais, assinados por reconhecidos mestres como Aloysio de Alencar Pinto, Deffilio Gurgel, Luiz Antônio Barreto, Maria de Lourdes Borges Ribeiro. Em outra série deixou registrada a produção de artistas como Radamés Gnattali, Garoto, Flausino Vale, Candeia, Jacaré e muitos mais, com os próprios ou interpretes do porte da Velha Guarda da Portela, Marlene, Jards Macalé, Jerzy Milewski, Tom Jobim, Chiquinho do Acordeão, Bebel Gilberto e outros.

Podemos apontar no campo da educação o II Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC). As principais diretrizes do II PSEC, ainda se relacionavam aos ideais de um Brasil potência, que precisava crescer e, para tanto, necessitava de grande contingente de mão-de-obra qualificada para atender a essa demanda. No entanto o Governo Geisel aceitava os questionamentos, e os podemos observar em encontros como o seminário denominado “História e Ciências Sociais”, realizado na Unicamp, em maio de 1975; na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 1977; e, em 1978, no I Seminário Brasileiro de Educação, realizado na cidade de Campinas.

Crítico acerbo do Governo Geisel, Gerson C. Duarte, da Universidade Vila Velha (ES), em “A reprodução do discurso político na educação e suas representações no campo social no período da distensão”

(http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364153852_ARQUIVO_ARTIGO_PARACONGRESSODENATALGERSONREESTRUTURADO24-03.pdf) escreve na conclusão deste trabalho: “duas contribuições no campo da educação superior ficaram (do governo Geisel), uma para a sua organização, visto que esse segmento da educação vinha crescendo de forma desorganizada nos últimos anos dos governos anteriores em função de uma necessidade que se fazia presente. A outra, e um pouco mais relevante, estava na formação de mão-de-obra especializada para atender à demanda de um mercado que crescia nos últimos anos anteriores ao seu governo e que continuaria a crescer impulsionado pela ideia de um “Brasil Potência”. Era preciso preparar o sistema

educacional, com especial destaque para o ensino de segundo grau e o ensino superior, para a formação de recursos humanos especializados em nível técnico e superior para atender o sistema produtivo, adequando o planejamento educacional às expectativas e necessidades do mercado”.

Nesta relação de fatos e opiniões sobre Ernesto Geisel, transcrevo sua frase sobre a questão indígena, respondendo a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (Ernesto Geisel, FGV, RJ, 1997), que está inserida na questão da cidadania: “devemos considerar esse problema (o tratamento dos índios) como exclusivamente nosso, dos brasileiros, e não admitir interferências externas”.

Não foi intencional a elaboração desta tetralogia Geisel, mas ficou irresistível não associá-la, ao final, à wagneriana. Temos um anel de ouro (petróleo) que carrega o poder e a maldição. Temos também um “trabalho artístico do futuro” – como Richard Wagner previa a arte: fusão da poesia e música com o visual – para a construção da Nação Independente. A soberania assentada na tecnologia dominada pelo País industrializado, com a autossuficiência na produção dos bens naturais e fabricados e, na cultura popular, a alma do povo, a base da cidadania.

Faltou, como a Vargas, a ideia ou a possibilidade de alterar as estruturas de organização do Estado para receber uma Nação Soberana. Foram ainda os princípios de uma estrutura organizacional herdada da colônia que acolheram toda esta contemporaneidade. Também a mobilização popular, indispensável para fixar as conquistas, não foi permitida pelo autoritarismo dos governos.

Presidente da Petrobrás e do Brasil, Ernesto Geisel cometeu erros, que só não os cometem os ausentes e omissos. Ele identificou problemas e dentro de sua orientação conservadora e nacionalista buscou resolvê-los. Algumas soluções ficaram, mas, em grande parte, começaram a ser destruídas já no governo seguinte, o que me leva a concluir que sua sucessão foi o primeiro golpe aplicado pelas finanças internacionais (a banca) no Brasil. Hoje temos mais de 30 anos da banca nos governos brasileiros, com diversos níveis de apropriação do poder. E assistimos os desastrosos retrocessos econômico, social, cultural e humanitário no Brasil. Talvez os maiores males tenham sido cometidos por FHC, que disputa com Bolsonaro este triste troféu da demolição de nossa Pátria. Geisel pode fornecer, como Getúlio Vargas e, anteriormente, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca, e o Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, elementos para formulação do Brasil Independente para o século XXI.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Geisel e a trajetória nacionalista: epílogo

Não sei de outras terras, vou somente falar daquela onde nasci. Parece que de todas as influências formadoras, dos indígenas que nominaram boa parte do país e que nos legaram o amor à natureza, dos africanos que chegaram pela violência e nos legaram sua rica cultura das mais antigas da humanidade, ficou mais forte para o brasileiro um incrível sebastianismo, legado dos portugueses. Estamos sempre aguardando um salvador.

Não nos imaginamos capazes de solucionar nossos problemas, de acreditar na união nacional, precisamos ser, nós os brasileiros, um povo que deve estar sempre demonstrando para si mesmo a capacidade que, desconfortavelmente, o mundo até nos reconhece, nas artes e nas ciências. Somos a nação que desenvolveu uma tecnologia aeroespacial, premiada pela exploração e produção de petróleo no mar, das pouquíssimas que atingiu o estado da arte na informática, e, em elevadíssimo grau, o saber da produção agrícola. Mas não soubemos levantar um dedo para defender nosso desenvolvimento, nossa terra, nossa riqueza natural da gula dos flibusteiros.

Nesta trajetória de Ernesto Geisel procurei destacar os aspectos nacionalistas do militar e do político. Poderia, no lado oposto das ideologias, escrever quase o mesmo sobre Leonel Brizola, político corajoso, honesto e nacionalista à esquerda. Na demonstração que nacionalismo existe à direita e à esquerda do espectro político, só não existe entre os neoliberais, pois estes são irremediavelmente entreguistas.

“Durante trezentos anos”, nos ensina Arthur César Ferreira Reis (“As Escolas de Direito na Formação da Cultura Brasileira”, in Revista Brasileira de Cultura, Ano II, número 3, jan/mar 1970), “os que aqui nasceram ou os que aqui vieram para partilhar conosco das venturas e desventuras do dia a dia, estiveram submetidos à regulamentação legal do direito português. Esse direito tomara corpo na codificação Afonsina, Manuelina e, por fim, Filipina”. Teria a legislação estrangeira, que avançou em nossa república, nos influenciado a tal ponto que ainda hoje, no século XXI, por 500 anos nos faça sebastianista, nos impeça empreender a ação popular, a ação nacionalista?

Embora seja a cultura nacional o elemento mais importante, não é possível deixar de examinar a economia. Principalmente no país que a elegeu como o mais relevante aspecto da administração pública.

E para esta análise, a figura do ministro Severo Fagundes Gomes (10/08/1924 — 12/10/1992) é muito importante. Foi Ministro da Agricultura, no governo entreguista de Castelo Branco, e da Indústria e Comércio com Geisel, rompendo com este Presidente e deixando o Ministério, após quase três anos, em 8 de fevereiro de 1977.

Severo Gomes, rico empresário brasileiro, assinou, com outros sete associados da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB): Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Cláudio Bardella, Jorge Gerdau, José Mindlin (Metal Leve), Laerte Setubal Filho (Itausa), Paulo Vellinho (Springer-Admiral) e Paulo Villares, o “Manifesto dos Oito” (julho de 1978), publicado no jornal “Gazeta Mercantil”.

O jornalista Roberto Amaral Vieira, no artigo “A crise e a crítica ao modelo” (17/11/1975) (in “Crônica dos Anos Geisel”, Forense, RJ, 1987), enumera as críticas de Severo Gomes no parágrafo que, a seguir, transcrevo:

“A existência de distúrbios estruturais é admitida claramente pelo ministro quando arrola as características presentes da economia brasileira: a) concentração da renda nacional; b) existência de desigualdades sociais e regionais; c) dependência da economia externa; d) enfraquecimento do empresariado privado nacional; e) desordenada concentração dos grandes centros urbanos; f) atraso em setores fundamentais de bens de capital e insumos básicos e g) atraso tecnológico do parque industrial”.

Somando o aspecto institucional, da análise de Arthur Reis, ao pragmático do empresário Severo Gomes, só nos falta incluir, do conjunto que o poder utiliza para justificar seus desatinos, a educação. E a tomaremos da excelente análise do jornalista e editor René Capriles, em “Makarenko O nascimento da pedagogia socialista” (Editora Scipione, SP, 1989).

“Até seu fim, o império russo dos tzares teve nas escolas paroquiais seu principal meio de ensino e doutrinação”. E que dizer de nossa Pátria, onde Tomé de Souza, que estruturou o estado colonial brasileiro, entregou o ensino e a comunicação à ordem católica de Manoel da Nóbrega, a Companhia de Jesus.

Prossigo com Capriles: “A grande maioria das crianças que tinham a sorte de frequentar essas escolas recebiam uma instrução não científica”. “Grupos progressistas, anteriores à Revolução de Outubro, lutaram durante muitas décadas pela criação de escolas públicas de ensino leigo”.

Creio que fechamos a crítica que se pode fazer, não só ao Presidente Geisel, mas a todos os dirigentes nacionais, a exceção de Getúlio Vargas. Este estadista bem que tentou aplicar o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, de 1932, com 26 assinaturas dos mais notáveis educadores do Brasil à época: Anísio Teixeira, Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo, Hermes Lima, Lourenço Filho, Roquete Pinto entre eles.

Porém, como atenta René Capriles, a educação é parte basilar da doutrinação do poder. E não o faz para possibilitar qualquer transformação. Culpa do Geisel ou de uma sociedade acomodada?

Óbvio que a concentração de renda, que com Paulo Guedes atinge os maiores níveis de nossa história, que as desigualdades sociais e regionais impedem a construção do Brasil Soberano e Cidadão. Mas quem luta efetivamente para reverter esta situação? Aqueles que aplaudiram a entrega de nossos minérios, com a “venda da Vale do Rio Doce”? Os que apoiam a venda do petróleo brasileiro com o esfacelamento e alienação da Petrobrás? Os que estão entregando a água e a energia hidrelétrica para os estrangeiros? Os que deixaram no exterior o controle estratégico para nossa independência que é a telecomunicação?

E sem nenhum argumento convincente pois todas estas nossas empresas eram lucrativas e faziam do Brasil um país mais rico. Mera ideologia alienante. E ainda condenam uma inexistente esquerda revolucionária!

Então, fazendo eco com vendilhões da Pátria, clamam por uma utopia brasileira: a democracia. Como pode haver democracia na fome, na doença, na miséria, sem construir a cidadania brasileira. É um simples ritual macabro, obrigatório, de sacramentar aqueles que o poder já escolheu, uns para serem governo outros para oposição.

Foi diferente quando ardilosa e criminosamente impediram a eleição de Leonel Brizola em 1984 (Emenda Dante de Oliveira) e em 1989 (fraude na apuração dos votos em Minas Gerais)?

O Governo Geisel promoveu o desenvolvimento industrial, tecnológico e social do Brasil, dentro de sua visão conservadora e elitista. Avançou muito mais do que qualquer outro nos estratégicos campos da energia – nuclear, biomassa e petróleo no mar – da tecnologia da informação e na soberana condução da política externa no auge da guerra fria.

E criou a Funarte que levou a música popular brasileira a todos os rincões e publicou a mais importante coleção sobre o “folclore brasileiro”, organizado conforme as unidades da federação.

Não farei comparações, pois os tempos e as pressões foram diferentes, mas apenas Getúlio fez mais pelo Brasil, considerando os óbices a vencer. Certamente não fosse a traição das oposições, fantasiadas de esquerdistas, Leonel Brizola estaria neste panteão dos presidentes nacionalistas.

E pergunto a meus caros leitores: existe um país que seja colônia? Pode ser incluído no rol das Nações Unidas? Que aliene seu poder decisório sobre as questões nacionais? Apenas como farsa. E é o que temos no Brasil, hoje, desde 1990, como ocorreu na República Velha, no Império e antes de 1822.

A maior prova que posso apresentar é o silêncio que recai sobre Geisel. Muitos livros compulsei para escrever esta série. Quase todos só tratam da repressão e da abertura política. Parece, e sei errôneo, que esta questão fora prioritária, porém não ocupou mais do que outras, como a energia nuclear, o rompimento do acordo militar com os Estados Unidos da América (EUA), e a Petrobrás, a mente e o tempo do Presidente Geisel.

Ao fim do mandato, embora jamais reconhecesse, foi vítima da banca, que tomaria os governos dos EUA e do Reino Unido nos anos 1980. Também o Brasil, com Figueiredo foi mais um dos que caíram sob o domínio do sistema financeiro internacional. E dele ainda não saímos.

Como derradeiro argumento, Geisel foi estatizante. Volto a Amaral Vieira nas críticas “Crônicas dos Anos Geisel”. “O estatismo, mesmo em um país que optou pela economia de mercado, se justifica como instrumento de desenvolvimento e bem-estar social, tanto mais imperioso quanto mais este país seja carente de capital autóctone, capital privado nacional, para financiar e auto sustentar esse desenvolvimento; o estatismo se impõe nos países subdesenvolvidos, como instrumento estratégico da economia nacional, promoção do interesse social que o privatismo não pode perseguir. Impõe-se também como fonte de modernização e investimento em setores não rentáveis e estratégicos, tanto do ponto de vista da segurança do Estado quanto como fonte de pesquisa e produção de tecnologia, que as multinacionais se recusam a transferir” (“Desestatização: biombo da desnacionalização?”, 16/06/1976).

E nos EUA, a energia hidrelétrica é estatal, operada pelas forças armadas.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Publicados no jornal MONITOR MERCANTIL

O MARXISMO LIBERAL DA USP – LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA



Folha de S. Paulo

[RESUMO] Autor, ministro no primeiro governo FHC, qualifica como marxistas neoliberais os líderes do seminário de "O Capital", objeto de estudo do sociólogo Fábio Mascaro Querido em livro recente. Para Bresser-Pereira, FHC e intelectuais de seu entorno elegeram o desenvolvimentismo como adversário e abandonaram o marxismo ainda nos anos 1970 para, na década de 1990, se tornarem neoliberais, se associarem ao império e levarem a economia brasileira ao estado de quase estagnação.

Fábio Mascaro Querido acaba de publicar "Lugar Periférico. Ideias Modernas", no qual estuda o que denomina marxismo acadêmico da USP —um grupo de sociólogos que, nos anos 1960, se aproximou do marxismo, que havia emergido com força na Europa no pós-guerra e alcançado o Brasil.

Esses sociólogos, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, criaram um seminário para estudar Marx e "O Capital". Quando Cardoso assumiu a Presidência em 1995, o seminário se tornou célebre, sempre citado pela imprensa conservadora de maneira simpática porque os autores envolvidos já haviam abandonado havia tempos o marxismo. Querido afirma que esse foi o mito fundador do grupo.

O núcleo do grupo —aqueles que proponho chamar de marxistas neoliberais— foi constituído por Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti e Francisco Weffort.

Trata-se de um oxímoro que se aplica bem a eles, que se encantaram com o marxismo nos anos 1960, quando ainda estava viva a esperança na revolução socialista, tornaram esse marxismo menos contraditório e revolucionário, definiram o desenvolvimentismo como o adversário e abandonaram o marxismo já nos anos 1970, enquanto Cardoso desenvolvia a teoria da dependência associada, que implicou a subordinação do Brasil ao império. Em síntese, nos anos 1960, eles supunham ser marxistas mas já eram liberais; nos anos 1990, se tornaram neoliberais.

A denominação marxismo neoliberal naturalmente não se aplica a Roberto Schwarz e Francisco de Oliveira, que eram do grupo, nem a Octavio Ianni e Florestan Fernandes, que não eram realmente do grupo.

Florestan foi o mestre de todos, o maior sociólogo que a USP já teve. Inicialmente, se associou à sociologia da modernização e, depois, indignado com o que via no Brasil, se tornou um marxista revolucionário. Querido, naturalmente, não usa essa expressão, porque ele era antes um admirador que um crítico do marxismo neoliberal.

Querido distingue Roberto Schwarz dos demais, alguém que permaneceu marxista ao longo dos anos e, como escreve, "radicalizou a dimensão 'negativa' da crítica". Como crítico literário e escritor, Schwarz não se preocupou em propor políticas nem fez concessões para ser aceito no seu entorno. Ao contrário do núcleo duro do grupo, Schwarz continuou nacionalista como havia

sido antes dele seu grande mestre, Antonio Candido, e se associou a Paulo Arantes, um crítico do marxismo neoliberal.

Entre todos, Schwarz é o único que, no plano teórico, é reconhecido internacionalmente. (A teoria da dependência associada teve repercussão internacional, mas, além de ser equivocada, não pode ser considerada uma teoria —é apenas uma sofisticada e pouco clara justificção de subordinação.)

Querido usou o pensamento de Schwarz como referência ou fio condutor do livro e lhe dedicou dois excelentes capítulos. Salientou o amplo papel que teve Adorno em seu pensamento, como também a crítica da modernização realizada por Robert Kurz em 1991, um momento em que a União Soviética entrava em colapso.

Querido deu pouca importância ao nacionalismo do crítico, o que contradiz a sua perspectiva negativa, mas, no final do segundo ensaio, cita um texto significativo: "A última palavra não pertence à nação, nem à hegemonia ideológica internacional, mas pertence ao presente conflituado que as atravessa". Este presente conflituado é o da luta de classes dos grupos de interesse específicos para esse ou aquele problema.

Nos anos 1960 e 1970, o núcleo neoliberal marxista e, mais amplamente, a esquerda antivarguista combateram o desenvolvimentismo nacionalista porque pretendiam ser revolucionários, enquanto o desenvolvimentismo implicava um compromisso da classe trabalhadora e da esquerda social-democrata com a burguesia.

O núcleo acadêmico neoliberal marxista seguiu o mesmo caminho: ao contrário da visão desenvolvimentista, pretendia não fazer concessões e acabou concedendo tudo nos anos 1990, quando se tornou neoliberal. A esquerda anti-Vargas o combateu porque definiu um "culpado interno" pela derrota: haviam sido os desenvolvimentistas, que, em vez de serem revolucionários, haviam apostado em um acordo da classe trabalhadora com a burguesia industrial intermediado pela burocracia pública.

O núcleo só passou a ter alguma relevância a partir do golpe militar de 1964, a grande derrota da social-democracia desenvolvimentista. Derrotados os adversários sem que fosse preciso lutar contra eles, estava agora na hora dos sociólogos da USP assumirem o comando intelectual da esquerda.

No capítulo "A revanche dos paulistas", Querido relata a nova fase. Revanche por quê? Ele não explica, porque não foi realmente uma revanche. Na partida anterior, nossos amigos não tinham sido derrotados: eles estavam simplesmente fora do jogo. Em 1964, entraram no jogo e se tornaram bem conhecidos. Os que estavam no jogo até então eram os nacional-desenvolvimentistas social-democratas como Celso Furtado, Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe e Ignácio Rangel. Na época, eu já era desenvolvimentista, discípulo dos últimos.

Eles estavam fora do jogo, mas desesperados para entrar, especialmente para derrotar os dois mais importantes sociólogos dos anos 1950, Guerreiro Ramos e Gilberto Freyre. O golpe militar se encarregou de derrotar Guerreiro ao cassar seu mandato de deputado federal e seu direito de se recandidatar. Enquanto Celso Furtado foi exilado, ele e seus companheiros do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) Jaguaribe e Rangel foram submetidos a intenso ataque pela esquerda alienada, para a qual o nacional-desenvolvimentismo associado a Getúlio Vargas era inaceitável. Isto além do ataque pela direita.

O próximo passo foi o livro de Cardoso e Enzo Faletto, "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" (1969), no qual a dependência se torna a causa do desenvolvimento, em vez de obstáculo. Era a teoria da dependência associada que surgia. A nova verdade, que se espalhou rapidamente por toda a esquerda intelectual, afirmava taxativamente que uma coalizão de

classes desenvolvimentista associando os empresários industriais às esquerdas e à classe trabalhadora era impossível.

A burguesia não existia nem poderia existir (na verdade, a burguesia industrial desenvolvimentista existiu no Brasil em dois breves períodos: 1950-1964 e 1967-1980), mas a falta de uma burguesia nacionalista não era problema, porque o chamado império era na verdade apenas um "hegemon" benevolente —suas empresas multinacionais estavam contribuindo para o desenvolvimento do país e bastava que o Brasil se associasse a ele que se desenvolveria.

Não foi isso que aconteceu: em 1990, a submissão aconteceu e, em 1995, se aprofundou. O país entrou em quase estagnação.

Não se imagine, porém, que os intelectuais nacionalistas e desenvolvimentistas tenham escapado do ataque de Cardoso e Faletto, ainda que esse ataque não fosse perfeitamente claro.

Em um primeiro momento, a Cepal de Raúl Prebisch e Furtado percebeu que estava sob ataque e não quis publicar o livro por meio do Ilpes (Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social). Mais tarde, porém, ela se adaptou à crítica, se acomodou ao império e perdeu qualquer relevância no plano das ideias.

A Cepal somente existiu como uma ideia —a do desenvolvimentismo estruturalista clássico voltado para a industrialização— entre 1949 e 1963, sob o comando de Raúl Prebisch. Em 1964, os desenvolvimentistas foram derrotados e obrigados a ficar em silêncio. No começo dos anos 1970, a Cepal abandonou o desenvolvimentismo.

Nos anos 1970, essa mesma esquerda, desprevenida, se deixou envolver pelas ideias propostas por Cardoso e Faletto. No plano econômico, essas ideias foram aceitas provavelmente porque a ideia de associação ao império não estava clara no livro e nos trabalhos que seguiram —e porque a esquerda estava ressentida com o golpe de 1964.

Por outro lado, a versão realmente marxista da teoria da dependência, a teoria de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, também era equivocada porque contava com a revolução socialista na América Latina a curto prazo.

Essa versão sofreu um ataque violento e injusto em artigo assinado por José Serra e o próprio Cardoso. Creio que a iniciativa tenha sido mais de Serra que de Fernando Henrique, porque este é um homem da melhor qualidade e cuja personalidade é incompatível com uma atitude como essa.

Em 1969, sob a liderança de Cardoso e com apoio da Fundação Ford, o Cebrap foi criado. Logo, ele se tornou o grande centro de estudos em defesa da democracia e de crítica à desigualdade.

Foi nessa época em que fui convidado a ser membro do conselho da nova entidade de pesquisa e me juntei a eles. Estava isolado na Fundação Getúlio Vargas e precisava de diálogo. Percebia que minhas ideias desenvolvimentistas não eram ali bem vistas, mas fui muito bem recebido e me associei à luta do Cebrap, onde, além dos intelectuais já citados, estavam figuras notáveis como Chico de Oliveira e Paul Singer. Lutávamos todos contra o regime militar.

Nessa época, porém, muitas das coisas que estou narrando aqui não estavam claras para mim. Entre 1995 e 1999, participei do governo FHC e, sob influência do que me envolvia, minhas convicções desenvolvimentistas e meu interesse pelo marxismo diminuíram por algum tempo.

Fiquei, porém, decepcionado com o caráter neoliberal que assumiu a direção da economia e, em 2003, revi minha posição em relação a meu amigo Fernando Henrique. Voltei a ler seu livro com Faletto e escrevi o ensaio "Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência", publicado em

2005, cuja primeira cópia entreguei a ele. Não era um rompimento pessoal, mas intelectual. Havia compreendido o sentido de sua obra e de seu pensamento.

Estimulado pelo excelente livro de Querido, decidi, nesta resenha, voltar agora ao tema da história intelectual. Uma resenha mais crítica do que fora o artigo de 2005, uma crítica ao marxismo neoliberal. Afinal, me pergunto: qual foi a contribuição ao Brasil desse grupo de sociólogos, cientistas políticos e filósofos? Como compará-la com a contribuição dos desenvolvimentistas social-democratas?

Os desenvolvimentistas se associaram a Vargas, ainda que ele tenha sido um ditador entre 1937 e 1945, porque ele foi o grande estadista que promoveu a industrialização e o grande desenvolvimento econômico do Brasil. Os principais desenvolvimentistas tiveram uma influência significativa na realização da revolução capitalista brasileira, que aconteceu entre 1930 e 1980. Alguns deles eram socialistas, mas sabiam que a revolução socialista não era uma possibilidade realista.

Enquanto isso, nossos marxistas neoliberais flertaram com a revolução sem muito empenho e, mais tarde, se associaram ao império e se tornaram neoliberais.

Na conclusão de "Lugar Periférico, Ideias Modernas", Querido afirma que, enquanto os intelectuais do ciclo nacional-desenvolvimentista popular das décadas de 1950 e 1960 estavam interessados em um projeto de modernização nacional (anti-imperialista, acrescentaria), "os acadêmicos paulistas expressavam a redefinição entre intelectuais e política ocorrida na esteira das transformações pelas quais passaram tanto a sociedade quanto a universidade brasileira, a partir dos anos 1970".

Ou seja, eles lograram se adaptar à realidade social e política que os circundava em vez de tentar mudá-la. Algumas vezes, vi Fernando Henrique, enquanto presidente da República, agir procurando se adaptar em vez de procurar moldar o que estava acontecendo. Ele e seus companheiros eram mais sociólogos que agentes republicanos.

*Professor emérito da Fundação Getulio Vargas, ex-ministro da Fazenda (1987, governo Sarney), da Administração e da Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia (1995-1998 e 1999, governo FHC)

*****8

O livro de Querido é uma notável contribuição à história intelectual do Brasil.

Lugar Periférico, Ideias Modernas: aos Intelectuais Paulistas as Batatas

Preço R\$ 64 (288 págs.); R\$ 54,90 (ebook)

Autoria Fabio Mascaro Querido

Editora Boitempo

Link: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/lugar-periferico-ideias-modernas-153063>

Roberto Carlos e as carpas da Redenção - RED

<https://red.org.br/noticias/roberto-carlos-e-as-carpas-da-redenca/>

CIRO GOMES E O ESPAÇO PARA UMA TERCEIRA VIA, O QUE TEM FALADO AS PESQUISAS?

Parte 1: as desventuras políticas de Ciro

Desde o retorno de Lula ao cenário político, o ex-prefeito de Fortaleza, ex-governador do Ceará, e ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes tem observado uma progressiva deterioração de seu capital político.

De um forte 3º lugar em 2018, com o retorno de Lula, Ciro entrou em 2022 isolado, incapaz de atrair aliados à sua candidatura.

Os partidos não alinhados com Lula ou Bolsonaro acabaram embarcando em outras candidaturas, como a de Simone Tebet.

Além disso, dentro de sua própria base eleitoral, o Ceará, Ciro sofreu uma verdadeira hecatombe política.

Com o racha dentro da própria família, o ex-ministro perdeu a coesão de seu núcleo político e o próprio coordenador de sua campanha em 2018, o experiente ex-governador do Ceará e senador Cid Gomes, seu irmão.

Com sua base política em guerra civil, Ciro disputou a eleição presidencial e perdeu o apoio do governo de seu estado natal à sua campanha.

A então governadora Izolda Cela, do PDT, ligada a Cid e Camilo Santana, apoiou o atual governador Elmano de Freitas, do PT, e o presidente Lula, derrotando o candidato de Ciro ao governo, Roberto Cláudio, e deixando sua candidatura presidencial à mingua.

O resultado, como se sabe, foi uma queda devastadora de 12% dos votos em 2018 para 3% em 2022, sua pior votação em uma eleição presidencial[1].

Em 2024, na disputa para a prefeitura de Fortaleza, o ex-ministro sofreu mais um revés. Seu candidato, o então prefeito José Sarto, atingiu apenas 11,7% dos votos nas urnas, a primeira vez na história que um prefeito de Fortaleza não passou ao 2º turno[2].

Sarto ficou neutro no 2º turno[3], mas parte de seu grupo político apoiou então a candidatura de André Fernandes, do PL[4], que foi derrotada por menos de 1% dos votos.

A derrota do grupo de Ciro deu ao PT uma das poucas vitórias que o partido obteve na disputa de 2024.

Com Fortaleza, o partido de Lula adquiriu o governo de uma capital, sendo também a mais populosa cidade do Nordeste e a 4ª mais populosa do país.

Com a base política em frangalhos, Ciro parecia não só derrotado, como definitivamente aposentado da vida pública.

Será?

Parte 2: as pesquisas trazem algo surpreendente

O último Datafolha[5], ainda considerado o gold standard entre os institutos de pesquisa, teve os resultados divulgados no dia 05.04 e trouxe números importantes.

O que mais chamou a atenção do público foi uma possível recuperação da aprovação de Lula, que sofreu uma baixa muito expressiva nos últimos meses.

A mudança observada pelo Datafolha traria uma tendência ainda não observada por outros institutos.

A pesquisa Quaest, que foi divulgada em 02.04 e realizada entre 27 e 31 de março, apontou que a desaprovação do governo teria subido de 49% para 56% [6].

O Atlas também indicou a alta de desaprovação do governo[7] e os impactos positivos que isso tem gerado para as candidaturas de oposição, principalmente quando se considera os cenários de 2º turno[8].

Mas além da aprovação do governo, um dado interessante chamou a atenção nas últimas pesquisas realizadas.

Quando avaliados os potenciais de voto dos candidatos à presidência, chamou a atenção a elevada intenção de votos do ex-ministro Ciro Gomes.

Esse potencial de votos tem sido uma constante em diversos institutos.

No Datafolha, mesmo em cenário com Lula e Bolsonaro, Ciro desponta isolado como o 3º colocado atingindo 12% dos votos, votação que não obteve em 2022, quando enfrentou os dois rivais e líderes da polarização política que afeta o país.

Mais do que isso, em um 1º turno sem Lula e Bolsonaro, Ciro chega a liderar a intenção de votos[9], atingindo 19% contra 16% de Tarcísio de Freitas, popular governador de São Paulo, 15% de Fernando Haddad, o ministro com mais visibilidade de Lula e seu provável sucessor, e 12% de Pablo Marçal, o grande fenômeno eleitoral das eleições municipais de 2024.

Vale lembrar que o cenário sem as duas grandes lideranças populares do Brasil não é impossível. Uns diriam até que é até provável.

Bolsonaro foi considerado inelegível pelo TSE, e Lula pode não ser candidato devido à idade avançada e o próprio nível de desaprovação que aponta para o cenário de uma reeleição difícil para o presidente.

Este cenário com a força eleitoral de Ciro tem surpreendido analistas, mas foi observado também por outros institutos.

Para montar as tabelas abaixo, comparamos os dados de três institutos de pesquisa de metodologia presencial realizados num período de 3 meses: Datafolha (01-03 de abr), MDA (19-23 fev)[10], Paraná (7-10 jun)[11].

Veja os dados:

Cenário com Lula e Bolsonaro

	Datafolha (Cenário 6)	MDA (Cenário 1)	Paraná Pesquisas (Cenário 1)	Média
Lula	36% (1º)	30,3% (1º)	34,0% (1º)	33,4% (1º)
Jair Bolsonaro	30% (2º)	30,1% (2º)	33,9% (2º)	31,3% (2º)
Ciro Gomes	12% (3º)	9,8% (3º)	11,3% (3º)	11% (3º)
Pablo Marçal	7% (4º)	6,7% (4º)	6,1% (4º)	6,6% (4º)
Eduardo Leite	5% (5º)	-	-	5,0% (5º)
Ronaldo Caiado	-	3,5% (5º)	4,7% (4º)	4,1% (6º)
Romeu Zema	-	2,7% (6º)	-	2,7% (7º)
Helder Barbalho	-	-	1,2% (5º)	1,2% (8º)
Branco/nulo/nenhum	9%	11,1%	5,6%	8,6%
Não sabem	2%	5,8%	3,3%	3,7%

Cenário com Lula e Tarcísio

	Datafolha (Cenário 1)	MDA (Cenário 2)	Paraná Pesquisas (Cenário 4)
Lula	35% (1º)	30,4% (1º)	35,2% (1º)
Tarcísio de Freitas	15% (2º)	14,0% (3º)	25,3% (2º)
Ciro Gomes	11% (3º)	14,3% (2º)	15,2% (3º)
Pablo Marçal	11% (4º)	13,2% (4º)	-
Ratinho Júnior	5% (5º)	-	-
Eduardo Leite	3% (6º)	-	-
Romeu Zema	3% (7º)	3,9% (=5º)	-
Ronaldo Caiado	2% (8º)	3,9% (=5º)	7,4%
Helder Barbalho	-	-	1,8%
Branco/nulo/nenhum	11%	12,8%	10,9%
Não sabem	2%	7,4%	4,3%

Cenário sem Lula e Bolsonaro

	Datafolha (Cenário 5)	MDA (Cenário 4)	Paraná Pesquisas (Cenário 6)
Ciro Gomes	19% (1º)	19,7% (1º)	23,7% (2º)
Tarcísio de Freitas	16% (2º)	14,4% (3º)	26,6% (1º)
Fernando Haddad	15% (3º)	16,2% (2º)	18,1% (3º)
Pablo Marçal	12% (4º)	14,0% (4º)	-
Ratinho Júnior	7% (5º)	-	-
Eduardo Leite	5% (6º)	-	-
Romeu Zema	3% (7º)	4,5% (6º)	-
Ronaldo Caiado	2% (8º)	5,4% (5º)	8,4%
Helder Barbalho	-	-	2,8%
Branco/nulo/nenhum	17%	15,7%	15,6%
Não sabem	4%	10,1%	4,9%

Quando se observa os dados comparados ao longo deste período é possível tirar algumas conclusões:

1. A baixa aprovação do governo tem sido uma mola propulsora às candidaturas da oposição.

Embora Lula esteja liderando em quase todos os cenários, quando se soma os votos de candidaturas da centro-direita, nota-se a força que esse campo tem.

Olhando no grosso, há muito mais votos oposicionistas do que governistas do Brasil, e isso tem se mostrado nos cenários de 2º turno da maioria das pesquisas;

2. A fragmentação da direita é o elemento que tem conferido vantagem à Lula.

Bolsonaro é o líder hegemônico do campo e com seu nome na disputa qualquer outra candidatura direitista não atinge sequer os 2 dígitos.

Sem Bolsonaro, abre-se espaço para uma fragmentação dos votos entre uma candidatura de direita mais hard e uma mais soft, de modo similar ao que ocorreu na eleição paulistana em 2022.

Quando Marçal entra na disputa com Tarcísio, o influencer arranca pelo menos 12% dos votos para si. O pior cenário para Tarcísio é o da MDA, em que ele fica com 14,4% e Marçal com 14,0%;

3. Apesar disso, Tarcísio se descolou completamente de seus concorrentes governadores.

Nos idos de 2023, após a eleição de Lula, falava-se nos diversos governadores de direita como possíveis alternativas a Bolsonaro, em caso de inelegibilidade.

Mas Tarcísio se distanciou muito dos rivais.

Caiado, Ratinho Jr e Eduardo Leite ocupam um mesmo patamar (por volta de 5% dos votos), enquanto Romeu Zema, governador do segundo estado mais populoso do país, afundou completamente como alternativa;

4. Sem Lula, o quadro fica bastante complexo para o PT.

No cenário sem Lula e Bolsonaro, Haddad não é sequer capaz de ocupar o 2º lugar nas pesquisas.

Vale lembrar que Haddad é o ministro mais conhecido do governo, já foi prefeito de São Paulo, disputou a presidência em 2018 e o governo de São Paulo em 2022.

Parece haver uma grande dificuldade de Haddad em empolgar a base de eleitores lulistas;

5. A fragilidade do ministro da Fazenda é particularmente ruim para o governo porque, sem ele, os demais nomes petistas sequer são conhecidos pelo eleitorado.

A Paraná Pesquisas testou um cenário com Camilo Santana, chefe da pasta mais bem avaliada do governo (Educação), e o ministro atingiu meros 6,9% dos votos;

Mas voltando ao objeto do artigo, que é **Ciro Gomes**. Sobre o ex-ministro, pode-se afirmar alguns pontos a partir desses números:

1. **Ciro** manteve um patamar de 2 dígitos em todas as pesquisas com Lula e Bolsonaro.

Isso é um feito impressionante visto que, durante toda a última eleição (2022), **Ciro** nunca chegou em 2 dígitos em nenhuma das pesquisas presenciais.

Além disso, o 3º lugar das eleições, a ministra **Simone Tebet**, teve somente 4,2% dos votos, sendo a 3ª colocada mais mal votada desde a redemocratização[12], dando força às teses de calcificação do eleitorado.

As pesquisas recentes parecem mostrar outro cenário;

2. **Ciro** parece ter ocupado firmemente a posição do que seria um campo “não bolsonarista e não lulista” no imaginário político da população.

Nos cenários sem **Ciro** (que não foram descritos aqui neste artigo), não há nenhum candidato que herde claramente sua intenção de votos havendo grande dispersão, e a possibilidade de surgimento de uma candidatura que ocupe esta posição;

3. A presença ou não de Bolsonaro tem pouco impacto para uma candidatura **Ciro**, que apresenta uma oscilação positiva, mas muda pouco seu patamar de votos.

A grande disputa se dá mesmo nos votos da direita, entre **Tarcísio, Marçal**, e os diversos aspirantes a sucessores de Bolsonaro;

4. O jogo muda completamente para **Ciro** com a saída de Lula.

Aqui, o ex-ministro acaba crescendo ao seu próprio capital político uma boa parte da base de votos do atual presidente.

É esse eleitorado, de “progressistas não-lulistas”, que faz com que **Ciro** atinja um patamar de votos superior ao de Haddad em uma possível disputa.

Tendo em vista então tudo o que já descrevemos sobre os insucessos políticos recentes de Ciro Gomes, e o atual status político do ex-ministro, que afirma reiteradamente não ser mais candidato e não ter mais interesse em disputar a presidência, o que explica então um patamar de votos tão elevado do ex-ministro?

Parte 3: a água de uma represa que ninguém bebe

Para entender por que Ciro ainda tem uma intenção de votos tão expressiva, sobretudo em cenários sem Lula e Bolsonaro, é preciso olhar para os microdados das pesquisas.

Separamos aqui os microdados do Paraná Pesquisas e do MDA.

Vamos dar uma olhada então no que achamos, a começar pelo Paraná.

Pesquisa - Nacional		Janeiro de 2025					
Situação Eleitoral - Presidente							
ESTIMULADA – Cenário 6							
	Não sabe/ não opinou	Nenhum/ Branco/ Nulo	Tarcísio de Freitas	Ciro Gomes	Fernando Haddad	Ronaldo Caiafo	Helder Barbalho
Masculino	4,1%	13,9%	33,2%	20,1%	16,4%	10,1%	2,3%
Feminino	5,6%	17,0%	20,6%	27,0%	19,6%	6,8%	3,3%
De 16 a 24 anos	4,3%	18,6%	16,7%	28,7%	17,8%	8,1%	5,8%
De 25 a 34 anos	5,3%	18,1%	25,9%	21,9%	18,1%	7,8%	3,0%
De 35 a 44 anos	3,6%	13,8%	32,1%	24,9%	17,9%	5,6%	2,2%
De 45 a 59 anos	4,9%	15,3%	27,1%	23,0%	19,3%	8,1%	2,4%
60 anos ou mais	5,9%	13,4%	27,3%	22,1%	17,1%	12,1%	2,1%
Ensino Fundamental	7,4%	15,9%	20,6%	25,3%	19,8%	7,9%	3,1%
Ensino Médio	3,7%	17,0%	28,4%	23,3%	15,1%	9,2%	3,2%
Ensino Superior	3,0%	12,4%	32,5%	21,9%	20,8%	7,6%	1,7%
PEA	3,4%	14,6%	29,6%	24,8%	17,0%	8,2%	2,5%
Não PEA	7,6%	17,4%	21,1%	21,6%	20,1%	8,8%	3,4%

Se as eleições para Presidente do Brasil fossem hoje e os candidatos AGORA fossem esses, em quem o(a) Sr(a) votaria?



Situação Eleitoral - Presidente

ESTIMULADA – Cenário 6

25

	Não sabe/ não opinou	Nenhum/ Branco/ Nulo	Tarcísio de Freitas	Ciro Gomes	Fernando Haddad	Ronaldo Caiado	Helder Barbalho
Norte + Centro-Oeste	5,0%	15,2%	18,8%	16,2%	11,9%	22,1%	10,9%
Nordeste	6,6%	17,1%	17,9%	29,3%	21,4%	6,1%	1,6%
Sudeste	3,4%	14,9%	31,7%	23,0%	20,2%	5,2%	1,6%
Sul	5,6%	14,9%	36,3%	22,8%	12,2%	7,9%	0,3%

Se as eleições para Presidente do Brasil fossem hoje e os candidatos AGORA fossem esses, em quem o(a) Sr(a) votaria?



Nota-se a partir desses dados quais são os eleitores que simpatizariam com o ex-ministro.

Entre os jovens de 19 a 24 anos, Ciro possui mais de 10% de diferença para Tarcísio e Haddad.

No Nordeste, possui 8% a mais de votos que o segundo colocado, Haddad.

Entre mulheres, Ciro possui cerca de 7% a mais de votos do que os concorrentes.

E entre os eleitores do Ensino Fundamental, tem 5% a mais dos votos.

Chama a atenção nos dados do Paraná que o ex-ministro supera Haddad em todos os grupos sociais e todas as regiões.

Chama a atenção o fato de Ciro ter 3% de votos a mais no Sudeste, região onde está a base política do atual ministro da Fazenda, e onde ele demonstrou um resultado eleitoral positivo na disputa com Tarcísio para o governo de São Paulo em 2022.

A pouca diferença no Sudeste se deve também provavelmente a Rio de Janeiro e Minas Gerais e, em particular, suas capitais: Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde historicamente eleitores das periferias tem simpatias por candidatos de 3ª via.

Cabe lembrar aqui o importante apoio de Roberto Kalil, prefeito de Belo Horizonte, a Ciro em 2018[13]. Ciro teve 17% dos votos em Belo Horizonte em 2018, ficando à frente de Haddad, que obteve 14,5%.

Porém, é no MDA onde encontramos talvez a resposta para a indagação do surpreendente potencial de votos de Ciro.

O MDA perguntou sobre as preferências de voto dos eleitores.

E aqui encontramos os seguintes dados:



Aqui observamos que nada menos do que 35% do eleitorado deseja candidatos que não sejam ligados a Lula ou a Bolsonaro.

Ciro estaria então navegando entre um terço e dois terços dos votos deste eleitorado, que tem uma composição bastante heterogênea do ponto de vista ideológico.

Cabe notar que os eleitores de uma 3ª via têm sido uma constante na história do país desde a redemocratização.

Vale recordar dos resultados das eleições nacionais dos últimos 20 anos:

Ano	3º lugar	Percentual	Votos
2002	Garotinho (PSB)	17,9%	15,2 milhões
2006	Heloisa Helena (PSOL)	6,9%	6,6 milhões
2010	Marina Silva (PV)	19,3%	19,6 milhões
2014	Marina Silva (PSB)	21,3%	22,2 milhões
2018	Ciro Gomes (PDT)	12,5%	13,3 milhões
2022	Simone Tebet (MDB)	4,2%	4,8 milhões

É importante notar que de 6 disputas, em 3 delas observou-se esse patamar muito familiar de cerca de 20% dos votos.

E embora esses candidatos pareçam (e sejam) muito diferentes, eles ocupam uma certa posição no imaginário político.

Todos têm um viés político mais progressista, eram percebidos pelo público como tendo uma visão econômica não radical (com exceção de Heloísa Helena, que teve somente 6,9% dos votos), o que numa interpretação ideológica mais tradicional seria identificado como uma centro-esquerda.

Embora não seja impossível, seria inédito na história do país que um político de centro-direita ocupasse esse lugar anti-polarização no espaço político.

Provavelmente estes políticos teriam que puxar suas candidaturas mais ao centro, trazendo preocupação com pautas sociais, o combate à pobreza e às desigualdades.

Isso explica a intenção de votos de Ciro, e a dificuldade de crescimento dos governadores de centro-direita para eleitores fora do bolsonarismo.

E talvez uma composição política ampla, como a de Eduardo Campos e Marina Silva em 2014, fosse algo crítico para a construção de uma candidatura voltada para este eleitorado em 2026.

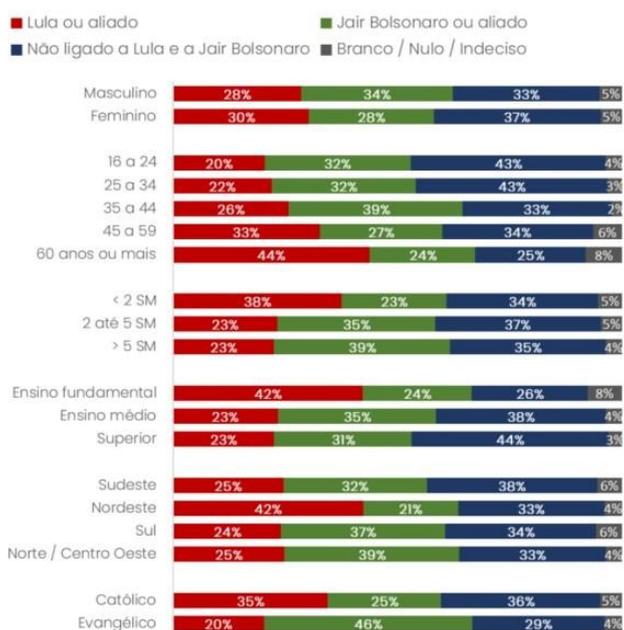
Cabe lembrar que a composição de Marina e Campos produziu a candidatura mais bem sucedida de 3ª via.

A atual ministra de Lula chegou a empatar com Dilma no 1º turno e vencer a presidente no 2º segundo pesquisas da época[14].

O MDA também observou a preferência de voto pelos estratos de eleitores. E aqui observamos os seguintes dados:

Preferência de voto | Estratos

Para as eleições para Presidente em 2026, o(a) Sr(a) prefere votar em :



Não é surpresa observar muitas similaridades entre estes dados e os microdados da Paraná: uma prevalência de eleitores mulheres, e também de jovens, abrangendo aqui os grupos entre 16 a 24, e 25 a 34 anos, que somados dão quase um terço do eleitorado.

Em termos de classe social, destaca-se o eleitor entre 2 e 5 SM, e “contraditoriamente”, eleitores de ensino superior.

Na verdade, não há contradição.

Historicamente observa-se o eleitorado de ensino superior como um eleitor de renda alta.

Mas com a expansão do ensino superior com faculdades privadas, via Prouni e Fies, é possível imaginar perfeitamente um eleitor que ganha entre 2 e 5 SMs e que tem curso superior.

É um eleitor que também vive no Sudeste, nas periferias dos grandes centros urbanos. “Mulher, jovem, renda média baixa, com renda superior“. Poderíamos inferir aqui: negra e evangélica?

Temos aqui o “eleitor típico da classe C”, que sem surpresa, também é aquele que decidiu todas as disputas a presidência.

Justamente por ser este o eleitor que não gosta de polarização, e é menos afeito à política ideológica, é o que acaba decidindo ao votar num candidato.

Original em: [Ciro Gomes e o espaço de uma Terceira Via: o que tem falado as pesquisas?](#)
– [Disparada](#)

SÓ NIXON CAUSOU COMO EU CAUSEI. SÓ NIXON QUIS O MAL COMO EU QUIS

Carlos Águedo Paiva – RED

Original: Só Nixon causou como eu causei. Só Nixon quis o mal como eu quis - RED

Por CARLOS ÁGUEDO PAIVA*

1. Introdução: J.D.Vance: católico, conservador, ricardiano e leninista

Em seu discurso no *American Dynamism Summit* (18 de março de 2025, Washington D.C.) J. D. Vance deu uma verdadeira aula sobre os desdobramentos inesperados e indesejáveis (do ponto de vista dos EUA) do processo de globalização produtiva, exponenciado a partir do último quartel do século XX. Sua tese central é a de que este processo havia sido pensado como a criação de uma nova divisão internacional do trabalho, onde a periferia passaria a produzir bens de baixo valor agregado, intensivos em trabalho mal remunerado e de baixa qualificação, enquanto o centro continuaria produzindo bens e serviços de alto valor agregado, intensivos em capital e tecnologia e baseados na ampla contratação de trabalhadores de alta qualificação e de alta remuneração. Mas não foi isso que ocorreu. Na verdade, os países periféricos acabaram por extrapolar as “funções” que lhes caberiam na programação do “Ocidente culto e iluminista”. E resolveram produzir bens de capital e ingressar nos setores de ponta da quarta grande revolução tecnológica.

Para quem ainda acredita que os EUA são a maior economia do mundo, vale muito a pena acompanhar todo o discurso de Vance. Já no minuto 5, Vance dá o exemplo da indústria da construção naval. Segundo ele, durante a Segunda Guerra mundial, os EUA produziam três navios a cada dois. Hoje, os EUA produzem apenas **5 navios mercantes por ano e é responsável por 0,1% da produção mundial**. Por oposição, a China é responsável por mais de 50% da produção mundial de novas embarcações. Na verdade – frisa Vance – a China produz, **a cada ano**, mais navios do que os EUA produziram desde o fim da Segunda Guerra até os dias de hoje.

Por que esse tema é tão importante? Porque – como Vance aponta logo na sequência – ele tem imbricações óbvias com o potencial bélico de cada país. Apesar da indústria naval para fins militares ainda ser expressiva nos EUA, seu desenvolvimento é indissociável da produção naval para fins civis. Mais: a segurança-soberania bélica e produtiva nacional não está baseada apenas na “indústria naval”; mas na indústria em geral e no senso de “pertencimento”, na identidade nacional, no patriotismo, daquela parcela da população que, um dia foi “a cara dos EUA”: o pequeno agricultor, o operário, o pequeno comerciante, vale dizer, o trabalhador que, apesar de não contar com nível superior, era bem remunerado.

Mas o que me parece mais surpreendente no discurso de Vance é a derivação geral que ele extrai desse processo. Segundo ele, a externalização das empresas industriais em geral (e, de forma especial, das intensivas em trabalho) gerou um **desemprego estrutural nos EUA**, mascarado pelo desalento, pela desistência de muitos em procurar trabalho. Para piorar o quadro, apesar do desemprego daquela parcela da população norte-americana que foi diretamente impactada pela desindustrialização, o fluxo migratório de trabalhadores desqualificados oriundos de países subdesenvolvido foi mantido. O resultado, segundo Vance, foi a queda da taxa de salário nas atividades intensivas em trabalho. O que gerou um novo desdobramento perverso: **a estagnação da produtividade do trabalho e da introdução de inovações produtivas poupadoras de mão de obra**.

Não é preciso pactuar das posições políticas de Vance para admitir que seu discurso é articulado e está muito longe de ser inconsistente. Em 30 minutos de exposição, **Vance apresentou a Teoria do Imperialismo de Lênin (a exportação de capitais está baseada na busca de salários baixos,**

mas levará à industrialização da periferia) e anunciou o princípio ricardiano da inovação tecnológica (a inovação é impulsionada pela carência de mão de obra e salários nominais elevados). Pode-se dizer o que for de Trump e seus asseclas. Toscos, grosseiros, populistas, direitistas, conservadores, autoritários, retrógrados, fascistas etc. Mas quem os chamar de “burros” estará confundindo desejo com realidade. **E o Ministério da Política alerta: *wishful thinking* pode causar danos irreversíveis à capacidade de raciocínio.**

2. **Você diz a verdade, e a verdade é o seu dom de iludir**(Alerta: a sessão abaixo contém ironia!)

Desde a posse de Trump para seu segundo mandato que o mundo vem sendo bombardeado pela deselegância dos novos gestores do Império. A mídia e a intelectualidade centrista e de centro-esquerda do mundo todo está atônita com as toneladas de sincericídios que é obrigada a engolir diariamente. E chora de saudades do primeiro presidente negro dos EUA que – com muito charme, um sorriso nos lábios e uma medalha de Nobel da Paz – manteve seu país em guerra durante os 2922 dias de seu mandato (com a Líbia, a Síria, o Afeganistão, o Iêmen e o Sudão, dentre outros), promoveu revoluções laranjas mundo afora, apoiou a Lava-Jato e o impeachment de Dilma, e perseguiu Assange, Snowden e tantas outras figuras que vieram a se mostrar inimigas da democracia e dos nobres valores cristãos e iluministas do Grande Império e de seus aliados (União Europeia, Japão, Coreia, Canadá, Austrália e Nova Zelândia). Mais: o mundo culto e iluminista chora de saudades de Biden, o bom velhinho que, com apoio dos Verdes, dos Trabalhistas e dos Social-democratas europeus, tentou incorporar a Ucrânia à OTAN e colocar mísseis atômicos a poucos kms de Moscou e São Petersburgo. E chora pelas derrotas (nos EUA, na Alemanha, na Itália, na França, etc.) das lideranças democráticas que tiveram a elegância e a *finesse* de fechar os olhos para o Genocídio em Gaza por uma questão de princípios. Como muito bem pontuou Kamala Harris em diversos discursos de campanha: – *Não nos cabe dizer a Israel como ele deve reagir ao terrorismo do Hamas!* ... O respeito das potências ocidentais à autonomia das nações e de seus governos é enternecedor! A democracia é tudibão.

É bem verdade que há alguns (felizmente poucos!) esquerdopatas que ousam criticar a luta dos EUA e de seus aliados ocidentais pela construção de uma ordem mundial baseada em (suas) regras. Segundo esses (cada vez mais raros) críticos, haveria interesse econômico por trás da (pretensa) defesa da democracia. ... Vá que seja. Sabe-se lá. Mas há algo que nenhum esquerdopata teria a ousadia de negar: que, até o advento de Trump, os líderes ocidentais defendiam suas regras e projetos de ordenamento mundial com classe, elegância e meias palavras. Ninguém defendia bombardeios, golpes de Estado, genocídios e intervenções em países estrangeiros. Pelo menos, não em público!

E nem poderia ser diferente. A *finesse* é democrática por excelência. A família Roosevelt (dos ex-presidentes Theodore e Franklin Delano) aportou na América no início do século XVII. E os Fitzgerald Kennedy (apesar de irlandeses e católicos! Shame on them!) nasceram e vicejaram na Nova Inglaterra. E viraram “gente fina” rapidamente. E gente fina entende de diplomacia. Diplomacia é tudibão!

Por oposição, os líderes republicanos são, usualmente, de baixa extração social. Ike Eisenhower era o terceiro filho (dentre outros sete) de uma família de texanos testemunhas de Jeová, e entrou para o Exército para “comer melhor”. Ronald Reagan foi salva-vidas por quase uma década. Até virar um ator de segunda categoria em Hollywood.

Mas nada se compara a Trump e sua equipe. Eles são os mais barraqueiros, varzeanos, vileiros e toscos. Aqueles que não vieram de famílias muito pobres (como Vance), não passam de novos ricos (como Trump), e não sabem se comportar em salões iluministas. A fala de Vance na Conferência sobre Segurança Europeia em Munique foi grotesca. Ele chegou a protestar contra a decisão da Suprema Corte romena de anular o primeiro turno das eleições presidenciais em função

da provável vitória do candidato Calin Georgescu, que defendia o não-alinhamento do país na guerra dos EUA (via Ucrânia) com a Rússia. Sua fala foi tão deselegante que fez Christoph Heusgen – que presidia os trabalhos da Conferência de “““PAZ””” – chorar ao vivo e em cores no encerramento do evento.

Pior do que isso, só a virulência de Vance contra Zelensky na reunião do Salão Oval da Casa Branca. Trump e Vance defendiam a necessidade de um cessar fogo na Ucrânia. Zelensky contra-argumentava que todas as tentativas e acordos de paz com a Rússia tinham sido recusadas por Putin. Vance ousou pretender que a questão não era tão simples e que: 1) a quebra de acordos havia sido (pelo menos) recíproca; 2) a Ucrânia já havia perdido a guerra; e 3) a circunscrição de novos soldados para a frente de batalha na Ucrânia vinha se dando através da violência e sequestro de homens adultos nas ruas.

Por favor, *pipol!* Todos nós sabemos disso! **Mas são verdades que não podem ser ditas em reuniões televisionadas! Pliss! A diplomacia é o espaço da falsidade e dos bons modos!**

Contudo, a maior “chinelagem” dos novos dirigentes norte-americanos não ocorreu, nem em Munique, nem no Salão Oval. Ela se deu nos jardins da Casa Branca, no dia 2 de abril de 2025, quando Trump anunciou as novas tarifas que os EUA estão impondo a todos os países do mundo com vistas a deprimir o déficit comercial norte-americano. No dia mesmo do anúncio das novas tarifas, as redes sociais foram inundadas por postagens críticas (veja-se, por exemplo, James Surowiecki), denunciando a simploriedade do “pretensão cálculo” das tarifas e/ou barreiras não-tarifárias impostas pelos parceiros comerciais dos EUA e que viriam a ser respondidas com base na reciprocidade da lei do Talião: olho por olho, dente por dente! A mídia liberal e a intelectualidade de centro e centro-esquerda não se conteve: mais do que riu, gargalhou. Com o evento, Trump revelara exatamente o que era: um simplório.

Feliz ou infelizmente, sempre emergem vozes dissonantes e desafinadas. E Varoufakis – tal como João Gilberto – não se cansa de ser uma delas. Em entrevista concedida a Emily Jashinsky no dia 3 de abril de 2025, Varoufakis analisa as tarifas de Trump nos seguintes termos:

“A fórmula algébrica usada por Trump é, de fato, muito simples. E isso é puro trumpismo. Ele pretendeu haver identificado as tarifas efetivamente impostas pela China, pela União Europeia e pelos demais países sobre os produtos dos EUA. Mas essas tarifas não estão presentes em seus cálculos. Ele simplesmente toma o déficit comercial dos EUA com cada país e divide pelas importações totais. Depois, divide essa percentagem por dois e aplica o resultado como tarifa. O que ele está dizendo é que realmente não importa se o país tem um superávit com os EUA por estar controlando e manipulando sua taxa de câmbio ou se está usando práticas comerciais discriminatórias.

A mídia e a intelectualidade centrista (em suas palavras: the liberal establishment) olha isso tudo com escárnio, e ri da natureza grosseira, tosca, simplória, do “cálculo”. Mas eles estão perdendo o que é realmente central. A cena no jardim da Casa Branca foi uma propaganda brilhante. É preciso entender que Trump se dirige a uma clientela muito particular, que adora sistemas simples, de “baixa tecnologia”. Erra quem pensa que Trump e sua equipe não pudessem usar IA e montar gráficos muito bonitos como os da Bloomberg para apresentar seus “cálculos & resultados”. O ponto é que Trump não se dirige a um público sofisticado, mas àqueles que entendem “conta de padeiro”..

BINGO! O que Trump está dizendo é muito simples: **“não importa qual a manobra que os vietnamitas usam para conquistar um superávit absurdo com os EUA. A única certeza é a de que esse resultado não advém da livre operação das forças de mercado. E nós vamos retaliar. Só que do nosso jeito: de forma transparente”.** Trump mente ao dizer que calculou as tarifas e as barreiras comerciais não tarifárias impostas pelos países que apresentam grandes

superávits comerciais com os EUA. Mas, ao mesmo tempo, diz a verdade. **Pois a verdade é o seu dom de mentir.** Analisemos isso mais de perto.

3. O programa trumpista

O programa de Trump-Vance-MAGA é muito simples: reindustrializar os EUA. Mas ele só é simples no sentido de que ele é facilmente traduzível em uma única oração. Em termos práticos, ele é de enorme complexidade. Por quê?

Porque, desde o final da Segunda Guerra mundial que os EUA detém uma vantagem competitiva muito peculiar: ele produz o dinheiro do mundo. Com raras e honrosas exceções, as transações internacionais são realizadas em dólares; vale dizer, as mercadorias são precificadas em dólares (em termos técnicos: o dólar é a unidade de conta), os pagamentos são feitos em dólares (em termos técnicos: dólar é o meio de troca e de pagamento) e os saldos positivos de cada país são acumulados em dólares (em termos técnicos: as reservas internacionais dos países superavitários são mantidas em dólares). Para que esse sistema se mantenha, os EUA têm que ofertar um grande volume de dólares para o mundo. Entre 1944 (quando foi concluído o acordo de Bretton Woods, que definiu a estrutura do sistema financeiro internacional que vigoraria após o conflito) e 1971 o privilégio norte-americano de ter sua moeda interna transformada em moeda internacional envolvia um “ônus”: os EUA teriam que manter reservas em ouro (no Forte Knox), que seriam entregues aos países que acumulassem um “excesso de reservas” em dólar e almejassem transformá-las em reservas metálicas. E a conversão se daria a uma taxa fixa, estabelecida em 1944: 35 dólares = 1 onça troy de ouro. O problema é que a demanda de financiamento para a reconstrução dos países destruídos pela guerra “impôs” a emissão de um volume de dólares muito superior à capacidade dos EUA de honrar com seu compromisso inicial de transformá-los em ouro. E, em 1971, o Presidente Richard Nixon decretou o fim da paridade dólar-ouro, impondo ao mundo o dólar como moeda internacional exclusivamente fiduciária: sem qualquer lastro.

De acordo com a (correta) avaliação de Varoufakis ([aqui](#) e [aqui](#)), a revolução nas relações econômicas internacionais imposta por Nixon foi muito mais violenta do que a (pretensa) revolução imposta por Trump através de suas “tarifas de reciprocidade”. Nixon disse: O dólar continuará sendo o dinheiro. Mas, desde agora, o dinheiro do mundo não estará mais embasado em qualquer lastro material para além do no nosso poder imperial E nós poderemos comprar o que for do mundo, desde agora, apenas “imprimindo” dólares. Sem ter que produzir ou exportar nada que interesse aos demais países.

E foi isso que os EUA fizeram por meio século. A subversão dos padrões internacionais de intercâmbio mercantil imposto por Nixon na entrada do último quartel do século XX foi muito mais radical do que a subversão que Trump está tentando impor agora, na entrada do segundo quartel do século XXI. E o sucesso da empreitada nixoniana deu origem a diversas interpretações segundo as quais o privilégio monetário-financeiro dos EUA lhes garantiria uma hegemonia econômica incontestável no capitalismo contemporâneo (a esse respeito, veja-se [Tavares](#)). Só que (malgrado todo o respeito que temos pela Professora Conceição), essa leitura acabou por se mostrar equivocada. **Quem pode comprar tudo sem produzir nada acaba por não produzir coisa alguma. Ou, como J. D. Vance bem nos lembrou: acaba por produzir 0,1% dos navios mercantes do mundo. E agora, José?**

Trump quer reindustrializar os EUA. Mas como fazer isso se o privilégio monetário-financeiro norte-americano lhes garante comprar o que bem entenderem do resto do mundo sem ofertar nada além de “papel pintado”? ... Na concepção de Trump, a solução passa pela imposição de tarifas ao resto do mundo. A questão é: onde isso vai dar? A grande maioria dos críticos da estratégia trumpista pretendem que ela seja insana, irracional, um verdadeiro tiro no pé. A começar pelo

fato de que ela vai se voltar contra os interesses da própria população norte-americana, pois vai se resolver numa elevada taxa de inflação. Será mesmo?

4. As tarifas vão gerar inflação nos EUA?

A maior parte dos críticos das tarifas de Trump apontam para uma contradição básica: mesmo que elas pudessem vir a estimular um processo de substituição de importações nos EUA, esse processo envolveria tempo. Mas, antes disso, no curtíssimo prazo, as novas tarifas levariam à elevação do preço dos importados e, por extensão, na aceleração da inflação interna que poderia chegar a dois dígitos. Ora, a inflação dos anos Biden (indissociável do conflito com a Rússia, via Ucrânia) foi um dos determinantes centrais da perda de credibilidade no governo democrata e, por extensão, da derrota de Kamala Harris e da eleição de Donald Trump. Se as novas tarifas se desdobrarem em inflação nos EUA, a popularidade de Trump deve cair e, com ela, o apoio ao projeto MAGA. **Mas seriam os economistas republicanos tão ingênuos a ponto de não perceberem esse risco? Analisemos a questão mais de perto.**

No evento do dia 2 de abril de 2025 em que Trump anunciou as tarifas que seriam aplicadas aos distintos países do mundo ele afirmou

De 1789 até 1913, nós éramos uma nação que impunha uma taxa mínima aos agentes internos e uma taxa máxima aos agentes externos, via tarifas de importação. E nos tornamos a nação mais rica do mundo. Em 1880 foi criada uma comissão parlamentar para decidir o que nós iríamos fazer com as vastas somas que estávamos coletando com base em nossas tarifas de importação. ... Mas, a partir de 1913, por razões ainda desconhecidas, o Governo norte-americano criou o imposto de renda sobre os cidadãos, que passou a prevalecer sobre os impostos que, antes, recaíam sobre os países estrangeiros. Precisamos recuperar os padrões tarifários que nos levaram a ser a maior economia do mundo.

Uau! Trump diz a verdade. A verdade está no reconhecimento de que a industrialização norte-americana ao longo do século XIX esteve baseada em políticas protecionistas e na imposição de pesadas tarifas alfandegárias às importações. Essa é uma lição que todos os “neoliberais da esquerda tupi” (que atribuem a desindustrialização brasileira à falta de “cultura inovadora” das nossas lideranças empresariais) deveriam assimilar (ainda que eu duvide muito que isso venha a acontecer). Mas a verdade em Trump é indissociável de seu dom de mentir. Senão vejamos.

Ao tratar da oposição “tarifas X impostos internos” Trump dá um sinal sobre como ele pretende driblar as pressões inflacionárias derivadas da taxa dos produtos importados. Em seu discurso ele afirma que, dentro em pouco, haverá uma reforma tributária voltada, num primeiro momento, à depressão dos impostos indiretos, incidentes sobre a aquisição de mercadorias no comércio. Sua sinalização é de que, parte do impacto das novas tarifas sobre os preços dos bens de consumo geral, será deprimido pela redução dos impostos sobre mercadorias. Por que essa medida não foi adotada simultaneamente com a elevação das tarifas? Porque, ao contrário das tarifas de importação, os impostos indiretos sobre a venda de mercadorias não se encontram sob controle do Governo Federal, mas dos Governos Estaduais. Trump está sinalizando para uma negociação entre as administrações federal e estadual, em que os recursos extraordinários auferidos pelo Tesouro Nacional sejam (pelo menos em parte) canalizados para as instâncias estaduais que vierem a colaborar com uma nova política de controle de preços através da redução das alíquotas de impostos indiretos. Alternativamente, caso a negociação com os Estados sobre as alíquotas dos impostos indiretos trave em alguma instância, Trump sinaliza para a possibilidade de utilizar os recursos arrecadados com as tarifas de importação para subsidiar os setores produtivos mais afetados com a elevação dos preços dos importados.

Mas isso não é tudo. Para que se entenda adequadamente a estratégia econômica de Trump precisamos entender bem o sentido da crítica de Varoufakis à avaliação “desdenhosa” do *liberal establishment* ao (pseudo) cálculo das práticas protecionistas dos países com os quais os EUA apresenta déficits comerciais. Desde logo, pedimos perdão aos leitores pela “tecnicidade” da discussão que se segue. Provavelmente, os economistas a considerarão elementar e ociosa; e os não economistas a considerarão insuficiente e pouco esclarecedora. ... São as dores do ofício de tentar escrever para muitos.

A verdade é que o “cálculo” de Trump é muito menos enganador do que pode parecer num primeiro momento. Para que se entenda esse ponto é preciso “atravessar o Rubicão” da Economia e ter um mínimo de compreensão dos determinantes das relações econômicas internacionais e, por extensão, dos determinantes da taxa de câmbio. Não há como tratar de detalhadamente dessa questão nesse texto específico (tratei desse tema [aqui](#)). Agora só podemos dizer que, **de acordo com a teoria econômica consolidada, nenhum país pode apresentar vantagens competitivas em todos os produtos. Se isso viesse a ocorrer, este país exportaria tudo e não importaria nada. E todos os demais países importariam tudo, sem exportar nada.**

Ora, um país só pode importar sem exportar se ele produzir a moeda mundial! E esse país existe: chama-se EUA. Mas apenas um ÚNICO país pode ser o produtor da moeda mundial. Imaginemos que houvesse um país cuja produtividade fosse superior em TODOS os segmentos e que ele fosse o único exportador de todos os bens. Evidentemente, esse país seria hegemônico em termos econômicos e sua moeda assumiria o papel de “moeda mundial”. É aí que surge a questão relevante: **como os DEMAIS países – cuja produtividade é inferior e que NÃO produzem a moeda mundial – conseguiriam importar?** Para importar, eles precisam de divisas. E só podem adquiri-las se exportarem para o país hegemônico. Como isso é possível?

Através da desvalorização de suas moedas frente à moeda internacional. Sempre que a moeda nacional é depreciada diante da moeda internacional, os produtos de um dado país ganham “competitividade” e podem ser exportados independentemente da “produtividade real” das mercadorias oriundas dos mesmos ser inferior à produtividade do país hegemônico e mais desenvolvido.

Mas isso não é tudo. **A teoria econômica consolidada diz algo mais. Ela nos diz que – se não houver interferência e manipulação dos governos nacionais sobre a taxa de câmbio, nem imposição de barreiras tarifárias ou não tarifárias desiguais – as Balanças Comerciais dos distintos países tenderá ao equilíbrio; vale dizer, os países não apresentarão, nem superávits, nem déficits sistemáticos com seus parceiros comerciais.**

BINGO! Agora podemos entender melhor o “cálculo trumpista” das tarifas internacionais. Os críticos mais radicais da exposição de Trump acusaram-no de “falsidade ideológica”: ele teria **mentido** ao pretender haver identificado desigualdades no tratamento dado pelos demais países à produção norte-americana. Na verdade, ele e sua equipe não teriam feito qualquer pesquisa sobre o tema. Teriam **partido** de um dado **completamente distinto**: a existência e a dimensão do déficit comercial dos EUA com os demais países.

O ponto que passa despercebido para aqueles que assim argumentam é que, de acordo com a teoria econômica consolidada, essa pesquisa **não precisa ser feita. pois o que a teoria diz é que nenhum país pode ter superávit sistemático com um parceiro comercial se não estiver impondo restrições alfandegárias, restrições qualitativas ou manipulando sua taxa de câmbio.**

Ok, Ok. Já vejo os meus leitores com sólida formação econômica lendo e torcendo o nariz. Sim, sei. Isso não é tão simples. A teoria consolidada NÃO afirma que o equilíbrio entre importação e exportação tenha que se dar **com cada país individualmente**. Assim é que, por exemplo, o Brasil

apresenta superávits estruturais com a China e déficits estruturais com os EUA. Apresenta superávits estruturais na Balança Comercial e déficits estruturais na Balança de Serviços e Rendas. Ao fim e ao cabo, tende a apresentar equilíbrio (ou um pequeno déficit) na Balança Global de Transações Correntes. Ok. Ok. **Mas, para além dos refinamentos e tecnicidades, o que importa entender é que a tese (e o cálculo) de Trump NÃO É um absurdo. Ele mente, é verdade. Mas a mentira é o seu dom de expor uma parte (não desprezível) da verdade.**

Bem, já temos os subsídios necessários para voltar à questão que nos importa: o impacto inflacionário das tarifas de Trump. Esse impacto é evidente e não poderá ser compensado apenas por uma eventual (e provável) depressão das alíquotas de impostos indiretos sobre as mercadorias (a ser negociada com os Estados) ou eventuais subsídios para aquisição de insumos produtivos tarifados. A contenção do impacto inflacionário envolve, necessariamente, outros movimentos. O que a equipe de Trump tem em mente?

Para entender esse ponto é preciso ir além das exposições midiáticas e propagandistas de Trump e analisar os textos produzidos por sua equipe econômica e por economistas que atuam em sua órbita. Um texto que me parece particularmente elucidativo a esse respeito é o trabalho de Stephen Miran, intitulado [A User's Guide to Restructuring the Global Trading System](#). De acordo com Miran, a imposição de tarifas sobre aqueles países cujo saldo comercial é particularmente dependente de suas vendas para os EUA levaria à desvalorização de suas moedas. É isso que se espera venha a ocorrer com as moedas da maior parte dos países do sudeste asiático, tais como Vietnã, Indonésia, Tailândia, Bangladesh, Camboja, Taiwan, bem como dos países africanos que receberam as tarifas mais elevadas, como África do Sul e Lesoto. A queda das exportações para os EUA levaria à queda do ingresso de divisas e, por extensão, a um desequilíbrio entre a disponibilidade de dólares e a demanda por dólares; o que, por sua vez, levaria à depreciação de suas moedas nacionais. Se isso ocorrer, os produtos que esses países exportam ingressariam nos Estados Unidos a um preço **em dólares** inferior aos preços de oferta atuais. Um exemplo pode ajudar a compreender melhor a estratégia trumpista.

Vietnã, Tailândia, Indonésia, Camboja e Bangladesh são, hoje, grandes exportadores de calçados e vestuário para os EUA. Imagine que um calçado padrão tenha um custo total de produção (inclusive o lucro normal) de 100 unidades monetárias de um desses países exportadores. Chamemo-lo de País Hipotético, cuja moeda é PH\$. Imagine que a taxa de câmbio **atual** da moeda desse país hipotético com o dólar seja de US\$ 1,00 = PH\$ 5,00. Nesse caso, se o calçado fosse vendido por 20 dólares, o produtor nacional cobrirá os seus custos e auferirá o lucro normal. Ocorre, porém, que, com as novas tarifas de Trump, o calçado será taxado em 25%. De sorte que, se ele for vendido por 20 dólares, ele chegará ao comércio nos EUA por 25 dólares (para simplificar, estamos abstraindo os custos de transporte e de comercialização.) O que levará a uma queda da quantidade demandada e à depressão do ingresso de divisas no País Hipotético. Imagine, agora, que, em função do desequilíbrio na Balança Comercial do país exportador PH, o dólar suba de preço e a taxa de câmbio passe a ser de US\$ 1,00 = PH\$ 6,25. Nesse caso, um sapato cujo custo total de produção no país exportador fosse de PH\$ 100,00, seria vendido para os EUA por US\$ 16,00. Com uma tarifa de 25% sobre esse preço, o calçado chegaria ao mercado por US\$ 20,00. **Vale dizer: chegaria ao mercado final pelo mesmo preço de antes do tarifaço. E quem arcaria com o ônus das tarifas não seria o consumidor norte-americano. Mas o os produtores (trabalhadores e empresários) dos países tarifados que, agora, receberiam menos dólares pela produção e venda de cada unidade comercializada.**

Mas isso ainda não é tudo. Trump também espera uma reação do FED às suas tarifas. Elas já impulsionaram as expectativas de inflação nos EUA. E, como é notório, as expectativas em Economia tendem a ser auto confirmantes. Logo, o FED será obrigado a subir a taxa de juros para cercear a elevação no nível geral de preços. Com a elevação da taxa de juros americana é de se esperar um novo movimento de valorização do dólar. O que equivale a um movimento de

desvalorização geral – de todas as demais moedas frente ao dólar. O que acaba por reforçar o processo acima. De um lado, as moedas dos países exportadores passarão por uma desvalorização. De outro lado, o dólar será valorizado. O resultado será que os preços internos NÃO subirão na mesma proporção das tarifas. Mas a uma taxa significativamente inferior. E a inflação ocorrerá mas será controlável e virá acompanhada de um processo de reindustrialização com a geração de novos e melhores empregos.

5. Vai dar certo?

Não há como prever. São muitas as variáveis em jogo. Desde logo, os resultados dependerão da reação dos países afetados pelas tarifas. Em especial, dependerá da reação dos principais parceiros comerciais dos EUA: China, União Europeia, Japão, Coreia, Taiwan, Canadá e México. Mais: dependerá de se estes países reagirão de forma isolada (que é o que Trump gostaria!) ou se reagirão de forma articulada. Mais ainda: depende de se uma eventual articulação entre esses países se estruturará exclusivamente enquanto uma resposta aos EUA (o que ainda o consolidaria como “gestor” do novo xadrez mundial) ou se levará à construção de novas alianças e redes estratégicas de comércio e de integração produtiva que retirem os EUA do centro do “tabuleiro”.

Além disso, será preciso avaliar a reação de empresários, trabalhadores e consumidores no interior dos EUA aos choques impostos pelas medidas econômicas de Trump. Uma eventual reindustrialização dos EUA não se realizará do dia para a noite. Mas ela só poderá vir a ocorrer se os empresários norte-americanos apostarem na sustentabilidade, na perenidade, da estratégia trumpista. O que, por sua vez, irá depender da evolução da taxa de inflação interna e da aprovação do governo Trump junto aos eleitores.

Do meu ponto de vista particular, as chances de Trump ser derrotado são maiores do que as chances de ser bem-sucedido. **Mesmo que os consumidores norte-americanos sejam tolerantes com um repique inflacionário inicial – que ocorrerá, necessariamente; ainda que num patamar inferior ao que muitos estão projetando -, mesmo que as direções das grandes empresas industriais norte-americanas apostem no MAGA e resgatem as plantas industriais sucateadas, reinternalizando a produção que havia sido externalizada, e mesmo que empresas sediadas nos países afetados pelas tarifas decidam investir nos EUA (abrindo novas plantas ou ampliando as já existentes nesse país), haverá um gargalo de difícil superação: a disponibilidade de mão de obra.** Após anos de desindustrialização e de revolução tecnológica acelerada, não há como esperar que haja uma grande disponibilidade de mão de obra qualificada e consistente com os novos padrões produtivos. Além disso, a política de deportação e de circunscrição da imigração adotada por Trump levará à emergência de gargalos na disponibilidade de mão de obra de menor qualificação. E o resultado projetável será a elevação dos salários nominais, com a emergência de uma nova pressão inflacionária (via custos).

Em suma: a aposta é de grande risco. E as chances de ser bem-sucedida são menores do que as chances de fracasso. Mas o mais importante nesse momento não é tanto avaliar as chances de sucesso ou insucesso de Trump. O mais importante é entender que: 1) há um projeto; 2) ele está embasado em um diagnóstico essencialmente correto acerca dos desafios que os EUA enfrentam nesse momento histórico em que sua hegemonia está sendo posta em xeque por sua deterioração enquanto potência industrial; 3) a estratégia trumpista é arriscada, mas NÃO é uma estratégia **insana** nem está **fadada** ao fracasso.

*Carlos Águedo Paiva é Economista, Doutor em Economia e Diretor da Paradoxo Consultoria Econômica.

Foto de capa: Allan Lemos, /IA

Os artigos expressam o pensamento de seus autores e não necessariamente a posição editorial da RED. Se você concorda ou tem um ponto de vista diferente, mande seu texto para redacaoportalred@gmail.com . Ele poderá ser publicado se atender aos critérios de defesa da democracia..

PRONUNCIAMENTO DE PAULO CEZAR TIMM POR OCASIÃO DE SEU INGRESSO NA ACADEMIA DOS ESCRITORES DO LITORAL NORTE – AELN -, OCUPANDO A CADEIRA 71, CUJO PATRONO É RUY RUBEN RUSCHEL, XANGRILÁ, EM 19 DE AGOSTO DE 2023

Ruy Ruben Ruschel (1926-1999)

Torres, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, porta de entrada da ocupação terrestre colonial deste Estado no século XVIII, tem sido pródiga em registros, crônicas e análises históricas. Martim Afonso de Souza, pouco depois do Descobrimento, já a anuncia em sua expedição exploratória sobre a região e várias incursões de religiosos se seguem desde então até se consolidar na linha do litoral ao sul de São Vicente , entre 1720 e 1726, o caminho das tropas em direção à Sorocaba, no qual se destacou o desbravador Cristovam Pereira de Abreu, “O inventor do Rio Grande”. Na verdade, não apenas Torres, mas a foz do Mampituba, que teve sucessivos nomes desde “El Farolon”, aí incluída a vizinha cidade de Passo de Torres, situada na margem esquerda deste Rio, no lado catarinense, foram registradas.

Ruy Ruben Ruschel, nascido em Porto Alegre em 27 de janeiro de 1926, filho de Henrique Afonso Ruschel e Dalila Picoral Rusche, falecido em 1999, foi, contudo, o grande historiador de Torres e região. Considerado verdadeiro filho da terra, neto do famoso José Picoral, dono da primeira hospedagem na cidade, Ruschel iniciou sua vida universitária como Professor de Geografia e História em Porto Alegre vindo, posteriormente, a formar-se em Direito e a ocupar um cargo na Magistratura estadual, com posto em Torres. Aqui participou de uma era dourada da cidade quando, a par do auge dos veraneios aristocráticos que deixariam marca indelével na paisagem urbana da cidade, além de raízes na cultura e na vida institucional da cidade com a forte presença na SAPT. Desta época, entre os anos 1950 e 1980, era comum vê-lo em animados colóquios com outro gigante, depois Senador, José Paulo Bisol, recentemente falecido aqui em Osório, Litoral Norte. Hoje, contamos com outros jovens pesquisadores da nossa História, como Jaime Batista, catarinense, Bento Barcelos, falecido em 2021, auto-didata notável que converteu em dois livros “causos” interessantes aqui vividos por personagens populares e que teriam se perdido tivessem permanecido na oralidade; e, por último, mas não menos importante, Nelson Adams, jornalista, editor de A GAZETA por mais de 20 anos, onde publicou as crônicas de Ruy Ruschel, hoje convertido em historiador regional , com vários livros , escreveu nos 20 anos da morte de Ruschel, aí destacando seu principal livro “Torres tem História”, organizado por Nilza Nuyer Ely:

“Parte de sua obra está no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, doada pela família; outros artigos e crônicas em publicações do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual era membro.. (...)Na área do Direito teve publicado Dinâmica

das Classes Sociais, pelo Instituto Estadual do Livro, em 1966. Outras duas obras fazem menção a Ruschel ou são trabalhos seus: O Direito Público em Tempos de Crise, Estudos em Honra a Ruy Ruben Ruschel, organizado e editado por Ingo Wolfgang Saret em janeiro de 1999, e Torres Tem História, organizado por Nilza Huyer Ely, editado pela EST em 2004, e que reúne mais de 800 colunas publicadas no Jornal de Torres e Gazeta entre 1985 e 1999. Além de uma centena de outros trabalhos de pesquisas históricas e arqueológicas, colunas em jornais e revistas da cidade de Torres e região. Bem como a participação em seminários, palestras, congressos sempre tendo Torres (ou o Litoral Norte) como ponto de referência.

Nelson Adams in “Eterno Ruy Ruben Ruschel”, junho 2019

Academia de Escritores do Litoral Norte - RS

Foi, aliás, Nelson Adams quem teve a iniciativa de criar o CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DE TORRES E REGIÃO, em 2016, hoje um ativo Ponto de Cultura na cidade, sob a Presidência de Jaime Batista.

Outros autores seguem debruçados sobre a obra de Ruy R. Ruschel, como por exemplo a monografia do antropólogo Rafael Frizzo “Sítios Arqueológicos de Torres”, na qual ressalta sua importância como pioneiro na pesquisa antropológica - https://www.academia.edu/80957435/FRIZZO_R_Monografia_S%C3%ADtios_Arqueol%C3%B3gicos_de_Torres_RS_2011_

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Possui mestrado interdisciplinar pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020) e graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). É colaborador da Rede das Áreas Protegidas do Litoral Norte RS, conselheiro do Parque Estadual de Itapeva e pesquisador na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Pelotas. Tem atuando nos seguintes temas: ensino de história, laudos antropológicos, territórios indígenas, áreas protegidas, conflitos socioambientais e sociobiodiversidade.

A Ruschel devemos vários registros sobre os nomes do Rio Mampituba, da própria Torres, os vários caminhos que a atravessavam em várias direções, personagens da cidade e suas origens, importantes decisões administrativas, visitantes ilustres e os muitos que deixaram suas marcas.

“Na década de 1930 revelou-se o pioneiro dos escritores sobre a história e geografia torrense: o prof. Dante de Laytano. São suas as monografias “Geografia do Município de Torres” (1930) , “ O Presídio de Torres” (1936, “Litígio entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul! (1937) e “Vocabulário dos pescadores do Rio Grande do Sul” (1937) . Observe-se que o Prof. Dante, amigo incontestável de Torres, continua produzindo.

Em 1961 cometemos uma tentativa no campo de geomorfologia torrense publicando a monografia “As Torres do Litoral Gaúcho”. Apreciando-a 4 anos depois e criticando algumas de suas conclusões técnicas, o geólogo norte-americano Patrick Delaney considerou-a como “ o melhor estudo geográfico desta região”.

A literatura não científica foi inaugurada por “Mar perdido e outras histórias” (1959), por Alfredo Gomes de Jacques, intelectual que residia em Torres, onde era secretário da Prefeitura e onde faleceu. Apenas o primeiro conto, entretanto, o qual deu o nome ao livro, tinha assunto local.

O verdadeiro início da literatura como literatura, tendo por objeto exclusivo nossa cidade, pode ser considerado o livro “Torres, minha paixão” (1979) da Dra. Jovita Esquina, colaboradora deste jornal. Espelhando sua profunda sensibilidade, esta obra dignificaria qualquer torrão.

Seguiu-se “São Domingos das Torres” (1984) do autor destas linhas e de sua mãe Dalila P. Ruschel, reunindo trabalhos que estavam espalhados por jornais e revistas desde trinta anos antes..

Completam a sequência de obras literárias “Torres eu te amo” (1985) de Garcia da Rosa, juntando crônicas e cartas, e “Do sítio da Torres”, de Francisco Raupp, também de crônicas.

Como se vê, a história da literatura local tem quase 100 anos (desde 1887) e já existe um razoável acervo de obras científicas e literárias. Tomara que esta história continue frutificando.”

Algumas das crônicas do próprio Ruschel e por ele citadas acima, como também de outros cronistas da cidade, tão viva na pena de jornalistas portoalegrenses que aqui veraneavam, foram oportuna e convenientemente publicadas por Débora Fernandes em seu “TORRES História em Crônicas”, iniciativa da CASA DO POETA DO VALE DO MAMPITUBA, em projeto que tive a satisfação de orientar e apresentar com lançamento no FAROL LITERÁRIO DE TORRES de 2019.

Outras obras do Historiador de Torres Ruy Rubens Ruschel

1 São Domingos das Torres; Ruy R. e Dalila P. Ruschel (filho e mãe) - Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

2 Torres Origens . Torres: edição comemorativa 10 anos Jornal Gazeta e à realização do "Raízes Torres", 1995.

3.Obra Post-mortem: Mar Grosso e Areia Fina.

Muito se poderia, nesta ocasião, falar da Vida e Obra de Ruy Ruben Ruschel, mas creio que ele, vivo, preferiria que trouxéssemos à tona a importância que ele deu à cultura, como dimensão fundamental de nossas cidades litorâneas, marcadas pela condição de balneários. Dele, abaixo, um conjunto de crônicas, selecionadas do seu livro “Torres em História”, em que ressalta momentos culturais de Torres, como um elegante sarau há um século, a pioneira iniciativa de um torrense num histórico documentário da cidade, lamentavelmente perdido, e outras notas. Com elas, agradecemos a acolhida da Direção da AELN e todos seus ilustres membros, prometendo honrar a aura que emoldura meu Patrono Ruy Ruben Ruschel, agora meus confrades e confrreira de eternas letras.

Vejam os:

TORRES NO CINEMA DE ARTE

28.12.1990

Por ser uma das mais impressionantes e belas paisagens, cedo Torres haveria de inspirar a Sétima Arte. Três produções principais, em épocas diferentes o cinema torrense, ainda na fase dos Fritz Lang (“Metrópolis”), Eisenstein (“Encouraçado Potemkin”), Jean Renoir (“Naná”) e Charles Chaplin (“Em busca do ouro”).

Em 1927 o jovem cineasta Zequinha Picoral, que tinha sido “cameraman” de Eduardo Abelin, dirigiu e produziu o documentário “Torres”, de longa metragem. O filme, dividido em 5 partes, procurando retratar a vida árdua dos pescadores, seus ranchos no Mampituba, seu artesanato de utilidades e suas excursões a remos até a Ilha dos Lobos, como também o banho de mar dos veranistas na Praia Grande e outros aspectos.

Esse filme, lastimavelmente perdido num incêndio depois de exibido até na Europa, foi considerado pelo especialista Antônio Jesus Pfeil como um precursor da temática social, precedendo em dois anos o famoso “drifters”, do inglês John Grierson, tido como o primeiro na abordagem cinematográfica do trabalho e dos costumes do homem.

Passada uma geração, em 1952 foi lançado “Vento Norte”, dirigido por Salomão Scliar, com grande aproveitamento dos panoramas torrenses. Tratava-se novamente sobre pescadores, dessa vez um filme de ficção. Houve pioneirismo outra vez: foi o primeiro longa-metragem que usou o som em nosso estado, no dizer de Pfeil. Os diálogos eram de Josué Guimarães, a trilha sonora do compositor Luís Cosme.

Torres precisou esperar outra vintena de anos para ter nova chance. Foi filme “Pontal da Solidão”, rodado a partir de 1971 na Torre das Furnas, na Guarita, nos cômodos do Curtume, mas margens do Mampituba e em outros locais cuidadosamente selecionados. Foi diretor, produtor e intérprete principal do filme Alberto Ruschel, famoso como artista de cinema desde sua participação no clássico “O Cangaceiro”, de Lima Barreto (1953), premiado no Festival Internacional de Cannes.

“Pontal da Solidão” narra a história de um velho marinheiro aposentado que vivia solitário na beira do mar, em um casebre construído com restos de embarcações naufragadas; sua vida tom novos rumos com o aparecimento de uma mulher misteriosa, Marina, saída das águas, e atinge um clímax quando sofre o assalto de um grupo de

bandidos. O enredo era cheio de simbolismo. Para a realização do filme, Ruschel precisou montar a casa do personagem, o que fez na “Ponte”, ou seja, naquele pesqueiro que comunica o Morro das Furnas com a Praia da Guarita; foi ponto de visitaçãoturística por alguns anos. O filme só ficou pronto em 1974.

Será que o próximo longa-metragem sobre Torres aparecerá na década de 1990?

Com todo o encanto paisagístico torrense, apesar do pioneirismo das iniciativas, Torres não tem tido muita sorte no cinema. Um filme de geração em geração apenas, e mesmo assim pouco divulgados.

DESEMPENHO CULTURAL

27.09.1991

Como resultado das negociações com a ULBRA, prestigiosa Universidade de Canoas, a Prefeitura Municipal obteve a promessa de implantar em Torres uma ou mais Faculdades. Tomara que isso signifique o começo de um processo vitorioso, quem sabe o núcleo da futura Universidade do Litoral Nordeste. Os demorados contatos que anteriormente foram mantidos com UNISINOS não haviam chegado ao mesmo ponto porque aquela tradicional instituição de São Leopoldo, baseada e sua prudência no assunto, não quis comprometer imediatamente coma a criação de cursos superiores regulares de graduação; entendia haver necessidade de uma etapa experimental prévia, mediante cursos de extensão, dos quais pôs logo ao alcance dos torrenses um variado e excelente conjunto (sem que fosse aceitos).

Se a comunidade preferiu queimar etapas e partir de imediato para instituições superiores regulares (Faculdades), precisa agora assumir a responsabilidade correspondente. Não basta possuir um razoável grupo de jovens prontos para o vestibular. Torna-se necessário criar em Torres um ambiente cultural ativo e intenso, sob pena de a(a) Faculdade(s) implantada(s) vir(em) a gorar. Um curso superior não é apenas um prolongamento do ensino médio, um lugar onde o estudante recebe passivamente de seus professores lições já prontas e acabadas. Uma Escola Superior é um laboratório de cultura, onde o desempenho da comunidade não pode deixar de se refletir como um todo.

No seio da população torrense existem excelentes valores em todos os ramos da ciência e da arte. Há intelectuais de muita leitura, médicos de bom preparo, advogados de grandes conhecimentos, artistas de muita sensibilidade, músicos, poetas, escritores, estudiosos, jornalistas, professores, etc. Entretanto, uma pergunta básica se impõe. Procura essa gente transmitir seus conhecimentos e inquietações à sociedade, ou vive para si mesma? O desempenho cultural de um grupo depende de ficar organizado e ativo, de comunicar-se entre si e não se isolar do conjunto.

Em tal aspecto, muitos municípios levam a palma. O desempenho de Torres, infelizmente, parece se ter mantido a baixo da média gaúcha. Não se ouve falar, senão, de umas raras promoções anuais, que mereciam seu muito mais numerosas: conferências, cursos, exposições de arte, recitais de música, leituras poéticas, peças teatrais, etc. As que realizam, em geral concentram-se nos veraneios, caracterizando-se pela participação diminuta de torrenses. Aparentemente, as poucas promoções fora de temporada continuam atraindo número mínimo de pessoas. A maioria dos torrenses prefere ficar em

casa curtindo TV ou vídeo, ou reunir-se em bares para conversar. Existe clara predileção por festas exclusivamente sociais. Ora, qualquer entidade cultural desanima quando a plateia é constituída de uns poucos gatos pingados...

Torres, que no começo do século floresceu com sua associação cívico-literária, clube teatral, banda numerosa, cinema precoce, etc., hoje custa a ampliar seu único e excelente coral, deixa a míngua instituições como a Ecos do Sul e o Núcleo de Cultura, e mata outras promissoras iniciativas. Os artistas plásticos locais (que são bons) não se organizam e não divulgam suficientemente seu trabalho isolado, nem conseguem trazer outros de fora para trocar ideias e experiências. Fenômeno igual acontece com as outras classes de intelectuais. Quisera eu estar equivocado nessa avaliação.

Agora, Torres decidiu conquistar seu desenvolvimento superior em matéria de ensino. Mas para tanto precisa marchar em conjunto e com entusiasmo nessa direção. Quebrar a rotina, abrir horizontes, este o urgente papel de suas elites. Oferecer abundantes promoções culturais de toda ordem e atrair boa frequência. Enfim, erguer um desempenho cultural a níveis bem acima da média.

Este sonho precisa se tornar concreto.

TURISMO CULTURAL

01.09.1993

O turismo é uma das mais importantes atividades econômicas. A cada dia se complexifica, já que procura explorar todos os ângulos possíveis do lazer humano para oferecê-los aos usuários.

Um dos aspectos de que se reveste o moderno turismo é representado pelas atrações puramente culturais. As cidades de vocação turística não devem limitar-se a proporcionar bonitas paisagens, praias limpas, bons banhos, clima agradável, passeios pela natureza, esportes ao ar livre, etc. Hoje os turistas são mais exigentes. Querem aproveitar a estada também para seu enriquecimento cultural. Deslocam-se na busca de festivais de música, de corais, de teatro, de cinema, de literatura e de arte. Procuram as livrarias do lugar visitado para encontrar obras específicas sobre a região ou lojas de artesanato típico. Um exemplo recente vem da iniciativa da cidade de Bento Gonçalves, ao criar um roteiro que conduz os turistas a visitas à arquitetura rural italiana, em cujos velhos prédios de pedra lhes são servidos queijos e vinhos coloniais.

Manifestação de turismo cultural que começa a se desenvolver no Brasil é a oferta de cartões postais artísticos. Ao invés de apenas vistas de paisagens, também fotos bem tomadas de detalhes arquitetônicos típicos da localidade, como portas antigas, balaústres, frontões, frisos, capitéis, etc., ou de estátuas barrocas de suas igrejas. Na Europa é comum encontrarem-se postais (muito apreciados) que reproduzem quadros célebres de pintores de lugar ou gravuras antigas da cidade ou dos costumes; às vezes até caricaturas de seus personagens ou fatos mais ilustres. Bicos de pena muito bonitos também produzem cartões postais preferidos por muitos turistas. Lembro dois bons exemplos no Rio Grande do Sul: a série excelentes desenhos de Soto Vidal, sobre Pelotas, e de Marília Daros Franzen, sobre Gramado. Em Torres, mesmo, houve o

lançamento de calendário ornado de bonitos desenhos, os quais poderiam transformar-se em cobiçados postais. Na década de 1930 por iniciativa do Balneário Picoral, saiu uma sequencia de postais coloridos contendo quadros a óleo do pintor Vicente Cervázio, com as paisagens mais representativas de Torres, ligeiro comprados pelos veranistas pela satisfação de remetê-los aos amigos distantes ou mesmo colecioná-los.

O artesanato pode colaborar com essa forma de turismo, produzindo objetos ligados á história cultural da cidade, tais como miniaturas de igrejas ou monumentos locais (caso do "laçador" de Porto Alegre, talvez o mais difundido do RGS, e os " Apóstolos do Aleijadinho", vendidos em Minas e adquiridos por turistas de todo o mundo). Tais miniaturas podem figurar como cinzeiros, chaveiros, saca-rolhas, pesos para papéis ou outros objetos pequenos de boa vendagem.

Outra manifestação de turismo cultural poderia ser a oferta de palestras sobre a vida e aspectos locais aos hóspedes dos maiores hotéis, como já se faz, por exemplo, no Hotel Plaza de Caldas Imperatriz, Santa Catarina. Tais palestras causam proveitosos contatos entre as pessoas da comunidade que as proferem e o grupo de turistas interessados que as assistem.

Por último, há que rever o estímulo que as cidades turísticas precisam dar à edição de guias bem elaborados, boas revistas (v.g. "Torres News") e de literatura sobre a região. Como modelos disso lembro o que fizeram Imbé e Tramandaí há poucos anos, editando livros sugestivos da Prof. Leda Soares; S. Francisco de Paula, com a cartilha turística dos Prof. Castelli; e Cambará do Sul, que está por lançar um segundo manual sobre os valores turísticos de seu município.

AS ARTES EM TORRES

09.12.1994

Tinha de acontecer. Mais cedo ou mais tarde, Torres haveria de se tornar um centro de artes. Sina de um local de atmosfera limpíssima, paisagens encantadoras e cores ideais. Nesses aspectos, corresponde ao que a Provença é para a França ou a Andaluzia para a Espanha.

A 2ª Semana de Artes atesta que Torres chegou lá. Veio de um movimento que se acelerou com o Núcleo de Cultura e a fundação da Casa da Terra. Seguiu-se o Encontro Municipal de Cultura, em dezembro de 1992. No ano passado, a 1ª Arte. Agora, a 2ª.

Em 1991, o panorama não parecia tão progressista. Em 27 de setembro daquele ano, sob o título "Desempenho Cultural", publiquei diagnóstico menos favorável: "Os artistas plásticos locais (que são bons) não se organizam e não divulgam suficientemente seu trabalho isolado, nem conseguem trazer outros de fora para trocar ideias e experiências". Um mês depois, em carta ao Núcleo de Cultura, propus "Reunir os artistas plásticos locais e coordená-los com os proprietários dos principais hotéis e restaurantes para obter exposições em seus saguões ou salas adequadas, durante boa parte do próximo veraneio". Mas eu andava equivocado. Os artistas já se vinham conscientizando e dali a menos de mês uma vintena deles realizavam amostra coletiva "Art & Torres"...

Antecedentes havia. No século passado, Torres foi fonte de inspiração para Jean-Baptiste Debret e Hermann Rudolf Wendroth, pintores estrangeiros que o acaso fez passar neste litoral agreste. No começo deste século, é o caso lembrar Vicente Cervazio e o casal Maristany, dentre tantos outros cujas telas com imagens torrenses se escondem em residências particulares e arquivos de museus. Depois, foi a vez De Curtis, Nataniel Guimarães e o torrense João Batista da Rosa. Seguiram-se (ordem alfabética) Alexandre de Rose, Bianca Pereira, Carlos Henrique Röver, Cíntia Magnus Vargas, Cristina Becker, Eliane Santos, Flávia Sartori, Guacira Rocha, Ivana Munari Raupp, Jaqueline Caspary, Jane Marson, Laura Porto, Luciano Caspary, Márcia Caspary, Maria Lúcia Pereira, Raquel Bersch, Rania Dalpiaz, Rita de Cássia Bortolacci, Roni Dalpiaz, Sobrera, Suzanna Dornelles, Terezinha Quadros, Tomásia Reck, Valéria Leindecker, Vilma de Aguiar, Viviana Pereira e quantos mais que este cronista por certo ignora.

Neste meio tempo, a cidade passou a irradiar suas artes plásticas, instalando ateliês, escolas e oficinas especializadas: Ateliê do Artista (Delville), Maria Helena Gonçalves, NEMA, Ateliê 6 (Celina Ten Caten); Cenart (Rosâmea Martins), Tafona (Sobrera) etc., o que demonstra a força do movimento. Está acontecendo em Torres aquilo que já se notava em outras cidades de turismo, de que são exemplos Parati e Ouro Preto, onde proliferam tais estabelecimentos e variados centros de promoção cultural.

O que ainda falta em Torres é um melhor e mais consciente tratamento artístico de seu urbanismo. Sendo, como é, simultaneamente um centro de artes e turismo, seria de esperar que existissem mais praças agradáveis, jardins públicos, recantos românticos, ângulos arquitetônicos a admirar, com evocativas esculturas, coloflor e vegetação. É o que se assiste nas cidades que arquitetos, o que quase sempre têm de sobra. É preciso, sobretudo, o apoio da comunidade, a coordenação eficiente do poder público e o patrocínio das entidades econômicas.

Neste sentido, parece excelente começo o plano do concurso de esculturas "Ocarapoti", para ornamentar a Lagoa do Violão, um dos mais promissores espaços desta cidade que pretende se oferecer cada vez mais formosa a seus moradores e visitantes. Faço votos para que o apelo dos organizadores da 1ª e 2ª Arte, em prol de patrocínio, venha a comover alguém de espírito aberto e de muito amor por esta cidade-rainha.

PODERIA SER UM PARQUE

09.08.1996

Há mais de dez anos, pela imprensa e junto às autoridades, venho insistindo numa proposta urbanística especial para o núcleo originário da cidade. Consistiria no aproveitamento de toda a chapada da Torre do Norte e mais as praças do entorno da matriz de São Domingos para implantar o Parque Histórico Torrense. Trata-se de espaço nobre da cidade por ter sido seu berço. Nele, desde o século XVIII, funcionaram pelo menos três fortes dotados de canhões: o São Diogo em 1777, o do Eng.º Saldanha em 1797 e aquele cuja construção Saint-Hilaire assistiu em 1822, quatro anos depois intitulado Baluarte Ipiranga. Um pouco abaixo, foi edificada a primeira igreja do litoral gaúcho-catarinense desde Osório até Laguna, a qual foi a causa básica da concentração populacional urbana. E a seu lado existe a moradia do fundador da localidade. Alferes

Manoel Ferreira Porto, que hospedou o bispo que haveria de coroar o 1º Imperador do Brasil (1815) e a este próprio D. Pedro I (1826).

Ainda no interior do mesmo espaço, bem no alto, ergue-se um dos faróis mais antigos da costa rio-grandense (1911). Ali por perto foram sepultadas pessoas ilustres da comunidade, num cemitério hoje extinto. Descia a rampa superior, ao lado da original caixa d'água revestida de leivas, está o prédio escolar que abrigou o primeiro estabelecimento de ensino secundário do município e a então inédita experiência de uma colônia de férias para crianças.

A melhor maneira de respeitar e valorizar esse passado seria transformar dita área num parque ajardinado e munido de aparelhos de lazer e cultura, cujo planejamento ficaria a cargo de especialistas. Deste modo, estar-se-ia dotando Torres de um logradouro atrativo, para moradores e turistas, área verde bem no centro da cidade. A propósito, é bom lembrar que nossa cidade ainda é deficitária em matéria de parques, sobretudo se comparada com outras localidades de vocação turística.

Por outro lado, veio nesta sugestão um método mais eficaz para preservar esse espaço nobre. Apesar de aí existirem três praças, nunca foram respeitadas, Aos poucos foram (e continuam) sendo invadidas por particulares e pelo próprio poder público. No verão findo, vi um caminhão despejando lixo, sem qualquer escrúpulo, na dita praça Júlio de Castilhos, que é a de cima do morro. Abrigam-se ruas clandestinas e as cercas de particulares sobrem a encosta, restringido ainda mais a superfície livre da praça. São problemas que a administração precisa resolver com urgência para evitar que se perenizem. Não deve ser esquecido que uma praça é domínio público, de uso comum do povo, portanto inalienável; nem usucapião pode ser alegado.

Ao prédio escolar talvez fosse possível dar uso consentâneo com o parque (Centro de Turismo, Museu ou Centro de Convenções?), já que o número de alunos parece estar diminuindo, tanto que subaluga a um bar noturno.

A proposta do Parque histórico foi encaminhada por mais de uma vez. As denúncias de esbulho das praças, idem. Mas até agora a única resposta obtida foi o silêncio. Circunstância que não afasta a convicção de que a ideia, em seu conjunto, merece ser apreciada, mormente agora que entro em vigência a Lei do Plano Diretor, a qual está a exigir soluções semelhantes a esta.

Com paciência e certeza do dever de cidadão cumprido, continuo aguardando.

PODERIA A MÔNICA SALVAR TORRES?

14.08.1998

Desde quando me conheço por gente, tenho ouvido dizer que o turismo de torres só se salva se for de ano inteiro. Tem sido este o objetivo de várias administrações, mas sem êxito persistente. A cada término de temporada, Torres volta à rotina e ao marasmo econômico, com prejuízos para todos.

Isso de veio à memória quando li a notícia da visita a Porto Alegre do empresário Maurício de Souza (julho) e manifestou o desenho de criar um parque temático no Rio Grande do Sul, a fim de atingir o público do Mercosul.

Como é sabido, Maurício se dedica, há muitos anos, a editar histórias em quadrinhos. Criou personagem dentuça Mônica e sua turminha, com tanto êxito que se exportou para vários países e línguas diferentes. Não apenas as crianças, mas os adolescentes e os adultos acompanham com alegria as histórias da Mônica, do Cebolinha, do Cascão, da Magali, do Anjinho, do Bidu, do Horário, etc.

A saída dos quadrinhos foi tão grande que Maurício passou a diversificar suas atividades. A exemplo do que aconteceu com Walt Disney (Disneylândia), lançou-se no campo dos parques temáticos. Há cinco anos o Parque da Mônica na cidade de São Paulo, com mais de 50 atrações, destacando-se a Praça da Mônica, o Museu Científico do Franjinha, o Pátio da Turma, a Praça da Magali, cinema, teatro, pavilhão de exposições etc. Tudo espalhado numa área de 10.000 metros quadrados. Foi um sucesso. Tanto que Maurício inaugurou recentemente um segundo parque temático, em Curitiba, que está recebendo uma média de 3.000 visitantes por dia. E não quer parar...

Agora anda à procura de investidores gaúchos para também instalar um parque temático em nosso Estado, onde a Mônica estaria vestida de prenda e o Cebolinha, de bombachas.

Se Maurício de Souza atrair uruguaianos, argentinos e chilenos, nada melhor do que localizá-lo nas proximidades da rodovia do Mercosul (BR-101 DUPLICADA) e do Aeroporto Regional de Torres, quem sabe à margem da lagoa Itapeva, onde o parque poderia proporcionar passeios de barco. Áreas de um hectare (como as de São Paulo e Curitiba) não são difíceis de aí encontrar, plana, firmes e belas.

O leitor já imaginou o que isso representaria para Torres? Em matéria de movimentação permanente e de criação de empregos? E em matéria de prestígio turístico? Seria, sem dúvida, mais importante e menos polêmica do que a presença de cassinos.

Se os torrenses não conseguirem atrair a iniciativa, por certo outras comunidades o tentarão, inclusive os concorrentes da Serra e, até mesmo, dos países platinos. A ideia fica no ar. O “site” de Maurício de Souza na Internet é: www.monica.com.br.

Lembro, igualmente, que outro empreendedor do mesmo gênero se quer instalar no Rio Grande do Sul, como proclamou de viva voz na mídia porto-alegrense há poucos dias. Trata-se de Beto Carrero, cujo parque temático do norte-catarinense coloca-se entre os maiores do mundo.

Penso que uma dessas soluções poderia resolver nosso velho problema: o turismo de ano inteiro.

23.10.1998

Em 1922, o empresário torrense José Antônio Picoral viajou com sua esposa para a Europa. Naquele tempo era uma aventura, pois a demorada travessia era feita de navio. Objetivo não apenas fazer turismo pessoal, mas principalmente, trazer ideias para aplicar em seu estabelecimento, o Balneário Picoral.

Na Alemanha, relacionou-se em Berlim com o casal Richard Shonian e sua mulher que moravam no bairro Pankow, o amigo alemão trabalhava numa produtora de cinema, era músico e compositor.

Por volta de 1930, seu filho José Inácio Picoral, o Zequinha, também esteve na Europa, onde acabou casando com uma alemã. Na viagem, Zequinha levou o filme que havia rodado em 1920 em Torres. Tratava-se de documentário longa metragem a retratar as belezas naturais de Torres, sua praia de banhos (só havia uma, então, a Praia Grande), bem com o a vida e costumes dos pescadores, suas casas à beira do Mampituba, uma pescaria na Ilha dos Lobos e outros aspectos locais. Em suas visitas frequentes à casa dos Schonian, amigos de seu pai, Zequinha lhes passou o filme e mostrou uma coleção de fotos. Em 1932 conseguiu, até publicar artigos e fotografias sobre Torres em revistas berlinenses, inclusive na “Weiter Welt” (=Mundo Amplo).

O entusiasmo de Zequinha acerca de Torres contagiou o alemão Richard Shonian, o qual passou a alimentar o desejo de vir ao Brasil sobretudo para conhecer nossa praia, a que passou a considerar “um paraíso terrestre”. Enquanto não chegava a oportunidade sonhada, o alemão fez uma surpresa a seu amigo “Herr Picoral”: dedicou-lhe um tango, com letra e musica de sua autoria, denominado “Serenata Torrense”.